

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

LUIZ FILIPE BATISTA DA SILVA

A INVENÇÃO DE JOSINO:
EM BUSCA DO ESCRAVO NA LENDA DA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA

PORTO ALEGRE

2021

LUIZ FILIPE BATISTA DA SILVA

A INVENÇÃO DE JOSINO:
EM BUSCA DO ESCRAVO NA LENDA DA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Cassilda Golin Costa

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa jornada. A fagulha inicial deste trabalho faiscou quase três anos atrás, em novembro de 2018, quando minha turma de Jornalismo e Cultura – não por acaso lecionada pela orientadora desta monografia, a professora Cida Golin – subiu a torre do campanário da Igreja Nossa Senhora das Dores. Naquela inesquecível manhã de terça-feira, eu ouvi pela primeira vez a lenda do escravo Josino e soube, imediatamente, que havia encontrado o objeto de estudo do meu trabalho de conclusão de curso. O tour pelo templo rendeu uma excelente visita guiada, uma ideia de pesquisa e, de quebra, ali mesmo, no calor dos acontecimentos, o convite para a orientação da monografia, que nos levaria a uma pequena aventura através da Porto Alegre do século XIX.

Pelo longo período decorrido de lá pra cá – que inclui um ano de pandemia e, ao mesmo tempo, uma pausa nas minhas atividades acadêmicas para me decidir à escrita e à publicação de *Abelardo*, meu romance de estreia na literatura de fantasia e ficção histórica, que também se passa nos anos 1800 – são muitos os agradecimentos, e talvez eles não façam justiça a todas as pessoas a quem sou grato por terem acompanhado, de longe ou de perto, o desenvolvimento, os desafios diários e as reviravoltas desta minha singela odisseia.

Meu primeiro agradecimento não poderia ser para ninguém menos que minha orientadora, a professora Cida Golin, que acreditou na força e na pertinência deste trabalho desde o primeiro momento, e se deixou inspirar por ele. As contribuições dela para a monografia que está nas suas mãos é incomensurável. Obrigado por embarcar nesta aventura e compartilhar comigo a sua sabedoria, os seus conhecimentos e os seus livros – que tanto me ajudaram e agora finalmente podem retornar para a sua estante. Obrigado também pelo bocado de paciência com o meu péssimo relacionamento com os prazos. Foi um privilégio gigante ter sido seu aluno e seu orientando.

Agradeço também à Caroline Zuchetti, museóloga da Igreja Nossa Senhora das Dores, que conduziu o nosso tour pela paróquia, guiou a subida a uma das torres do campanário e foi extremamente solícita e atenciosa durante minhas visitas ao templo. O agradecimento se estende à administração da igreja, que autorizou minha pesquisa no acervo e possibilitou que eu tivesse acesso aos preciosos documentos que ajudaram a compor este trabalho.

Um agradecimento especial às professoras que integram a banca examinadora da defesa desta monografia: à professora Aline Strelow, de quem tive a sorte de ter sido aluno duas vezes – nas disciplinas de Comunicação, História e Sociedade e, mais tarde, na cadeira de Estudos Críticos da Comunicação – e que me ajudou com dicas de periódicos do século XIX; e à

professora Cláudia Mauch, do Departamento de História, que leciona História do Crime e da Justiça Criminal nos séculos XVIII, XIX e XX e encontrará neste estudo diversas referências à bibliografia da disciplina. Agradeço imensamente por terem aceitado o convite para participar da banca. Espero sinceramente que o trabalho esteja à altura da presença de vocês.

Muito obrigado ao meu avô, Luiz, que me emprestou o seu primeiro nome e pagou a minha inscrição no vestibular depois que eu gastei o dinheiro com algum item tão desimportante que nem sou capaz de me lembrar. Ao meu avô, pescador da Lagoa dos Patos, que muito virou o leme do *Pablo Picasso*, o seu barco, para as águas do Atlântico e que mesmo tendo vivido considerável parte de sua vida na água, sempre compreendeu a importância da universidade na minha vida. Na madrugada da minha formatura no curso técnico de Química, que marcou a conclusão do meu Ensino Médio, foi ele quem pegou a estrada comigo, sem mapa nem GPS, e me levou para fazer a prova do vestibular da UFRGS, que calhou de ser bem na manhã do dia seguinte à festa. Vô, eu sempre vou me lembrar disso. Eu não estaria me formando em Jornalismo se não fosse pela sua ajuda.

Eu sou muito grato à minha família: meu pai, Ângelo, que tanto, mas tanto me apoiou em tudo; minhas irmãs Luiza, Beatriz Helena e Laura, as pessoas mais especiais deste mundo, espelhos da minha infância, da minha identidade e do meu amor incondicional; muito obrigado às minhas avós Sandra e Marisa, às minhas queridas tias Camila, Aline e Maria Cristina; ao meu tio Julio, que sempre foi para mim uma referência da importância da Educação na vida das pessoas; à Onira, minha amiga do coração, que eu considero igualmente da família; e, principalmente, muitíssimo obrigado à minha mãe, Michelle, a mais incrível personagem da história da minha vida, minha maior incentivadora e a grande responsável por todas as minhas conquistas.

Todo o carinho do mundo à Aniele Bernst, provavelmente a pessoa que mais ouviu falar de Josino nos últimos anos, por sua escuta sempre atenciosa, por me ajudar com a tradução do resumo deste trabalho e por suas mil formas de demonstrar o tamanho da sua amizade. À Ariadni Peres, minha amiga desde os nossos tempos de tubo de ensaio, pipeta e bico de Bunsen, por compartilhar comigo seu afeto e seus conhecimentos em produção de textos científicos. À Gabriela Dutra, que tem espaço especial no meu coração e que, mesmo de outra cidade, segue se fazendo presente na minha vida. À Letícia Paludo, por seu grande espírito, com quem tenho o prazer de caminhar pelas trilhas sonoras e dos sonhos. À Luísa Rizzatti, minha amiga inspiradora, quase vizinha e dupla de audiovisual, com quem eu estou sempre aprendendo algo novo. À minha dupla imbatível dos trabalhos da faculdade, Ariel Lopes e Natássia Ferreira, que caminharam ao meu lado pelos solos pedregosos da graduação. À querida Elimar

Insaurriaga, que com suas habilidades de paleógrafa me ajudou a decifrar os “hieróglifos” mais difíceis desta monografia. E ao meu namorado, Gustavo Fünkler, e nossos meninos felinos, Zuko e Eros, que completam o quarteto e são minha fonte diária de amor, companheirismo... e arranhões.

Por fim, dois agradecimentos de última hora: à Brenda Farias, amiga imaginária da Aniele Bernst, que eu soube que ajudou a revisar o resumo em inglês deste trabalho; e à Alessandra, a simpática bibliotecária da Biblioteca Central Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), de quem eu não sei absolutamente nada, mas que não pensou duas vezes antes de ajudar um estranho, de fora daquela universidade, a consultar um livro do acervo e checar a informação que faltava para concluir esta monografia.

Muito, muito, muito obrigado!

*N'uma sexta-feira
Depois da missa
Lá vai o Fagundes
Entregue à justiça.*

*Os filhos de luto
Lá chorando vão
— Meu querido pai —
Lançai-me a benção.*

Antônio Álvares Pereira Coruja, “Antigualhas”

Abolida a pena de morte, mata-se agora sem pena.

Ruy Barbosa, “Ruínas de um governo”

RESUMO

Este trabalho busca compreender a dimensão da lenda urbana do escravo Josino em seu contexto de produção oral e escrita, situado em Porto Alegre no século XIX. Para alcançar esse objetivo, o estudo analisa a estrutura narrativa que sustenta a lenda; contextualiza e apura os elementos históricos que afixam a sua reprodução; e sistematiza os registros da presença dos escravos no principal cenário da lenda, a Igreja Nossa Senhora das Dores, e na imprensa de Porto Alegre do século XIX. A investigação que compõe o presente trabalho foi realizada por meio de duas metodologias de pesquisa: a primeira, bibliográfica, fundamentada na discussão da lenda enquanto forma de comunicação urbana – através dos estudos de Jean-Bruno Renard, Sylvie Dion e Jon Brunvand para este gênero comunicacional, e das teorias de Jonathan Culler para a sua estrutura narrativa – e na contextualização da Porto Alegre oitocentista como núcleo urbano exemplar do sistema escravocrata, da vida servil e das leis e dos monumentos de repressão a escravos – amparada pelas contribuições de Sérgio da Costa Franco, Augusto Porto Alegre, Sidney Chalhoub, Michel Foucault, entre outros autores no âmbito da Sociologia, da Criminologia e da História. A segunda metodologia, de pesquisa documental, se deu através da análise de registros institucionais escritos, como livros paroquiais e processos criminais, e documentos de comunicação em massa, como exemplares dos jornais *Correio do Sul* (1852-1880) e *O Mercantil* (1849-1865). A partir dessa série de investigações, foi possível observar como os elementos verossímeis da lenda do escravo Josino, apesar de seu teor fantástico e sobrenatural, ajudaram a construir personagem e narrativa, consolidando-os no imaginário porto-alegrense mesmo dois séculos desde a sua origem.

PALAVRAS-CHAVE: lenda; escravo Josino; pena de morte; Largo da Forca; Porto Alegre; Igreja Nossa Senhora das Dores.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the dimension of the urban legend of slave Josino in its context of oral and written production, located in Porto Alegre in the 19th century. To achieve this goal, the research analyzes the narrative structure that supports the legend; contextualizes and refines the historical elements that guarantee its reproduction; and systematizes the records of slaves' presence in the main scenario of the legend, the Nossa Senhora das Dores Church, and in the 19th century Porto Alegre press. The investigation that composes the present paper was carried out through two research methodologies: the first one, bibliographic, based on the discussion of the legend as a form of urban communication – through the studies of Jean-Bruno Renard, Sylvie Dion and Jon Brunvand for this genre of communication, and Jonathan Culler's theories for its narrative structure - and in the context of 19th century Porto Alegre as an exemplary urban nucleus of the slavery system, servile life and the laws and monuments of slave repression – supported by the contributions of Sérgio da Costa Franco, Augusto Porto Alegre, Sidney Chalhoub, Michel Foucault, among other authors in the fields of Sociology, Criminology and History. The second methodology, of documentary research, was done through the analysis of written institutional records, such as parish books and criminal proceedings, and documents of mass communication, such as copies of the newspapers *Correio do Sul* (1852-1880) and *O Mercantil* (1849- 1865). From this series of investigations, it was possible to observe how the credible elements of the legend of slave Josino, despite their fantastic and supernatural content, helped to build character and narrative, consolidating them in Porto Alegre's people's imagination even two centuries after its origin.

KEYWORDS: legend; slave Josino; death penalty; Largo da Forca; Porto Alegre; Nossa Senhora das Dores Church.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
1. UMA INTRODUÇÃO PARA A LENDA	11
2. A LENDA COMO ESTRUTURA NARRATIVA DE COMUNICAÇÃO URBANA.....	16
2.1 A apresentação da lenda: um escravo entre as torres de uma igreja	18
2.2 Lenda: um gênero narrativo	19
2.3 Os traços “lendários”	21
2.4 A pesquisa pluridimensional de Renard para as lendas	26
2.5 A arquitetura da lenda	30
3. À SOMBRA DA FORÇA: UM SÉCULO DE CORTEJOS E PENAS CAPITALIS	35
3.1 A Porto Alegre dos escravos	40
3.2 Pena capital: a sentença que uniu Josino e Manoel.....	42
3.3 Como manda a lei: os códigos criminais do século XIX	45
3.4 Uma lei para matar escravos	47
3.5 Perigosos antes e depois da escravidão.....	50
3.6 Porto Alegre ergue a forca	53
4. ESCRAVOS NO PAPEL: OS REGISTROS DA IGREJA E DA IMPRENSA	56
4.1 A cartografia dos castigos: forca, pelourinho e igreja.....	56
4.2 Os escravos na igreja	60
4.3 Domingos: o famoso (e real) senhor de Josino	65
4.4 Os negros na imprensa oitocentista.....	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXOS.....	82
Anexo 1	83
Anexo 2.....	85

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Nota do Jornal do Pilar de 30 de abril de 1976.	37
Figura 2: O carrasco sobe nos ombros do condenado para acelerar a morte	38
Figura 3: Processo criminal contra Damião, escravo de Dona Leonarda, 1855	44
Figura 4: Escravos assistiam às execuções	49
Figura 5: Igreja das Dores nas últimas décadas do século XIX	56
Figura 6: Planta da cidade de Porto Alegre em 1836 por L. P. Dias	58
Figura 7: Punição com açoites	59
Figura 8: Porto Alegre, 1833	59
Figura 9: Livro de Receitas e Despesas, nº 39	61
Figura 10: Livro de Receitas da Igreja das Dores, 1854	62
Figura 11: Conta da despesa da Igreja das Dores, 1855	64
Figura 12: Empréstimo de escravos e “féria” das obras da igreja	65
Figura 13: os pagamentos de joias ao templo	67
Figura 14: Capas dos jornais O Mercantil e Correio do Sul, 1852	72
Figura 15: Anúncios de escravos no jornal O Mercantil, 20 de novembro de 1852	73
Figura 16: Anunciante oferece recompensa por escravo no O Mercantil, 1852	73
Figura 17: Crimes de escravos ganham nota no Correio do Sul, 1852	74
Figura 18: Senhores de Porto Alegre vendiam escravos no jornal	75

1. UMA INTRODUÇÃO PARA A LENDA

Dois anos atrás, em uma manhã de terça-feira, a professora Cida Golin, que lecionava a disciplina de Jornalismo e Cultura para minha turma, propôs que meus colegas e eu, inspirados pelas obras dos cronistas que vínhamos estudando há semanas na sala de aula, flanássemos pela cidade e escrevêssemos uma crônica sobre aquilo que encontrássemos em nossas andanças.

Eu escrevi duas crônicas. A primeira ensaiava uma conversa burlesca entre dois monumentos de uma praça do bairro Petrópolis, um busto e um memorial. A segunda crônica, que nasceu de um passeio pelo Centro Histórico de Porto Alegre, renarrava a lenda do enforcamento de um escravo cuja corda havia rebentado no meio da execução, que eu havia encontrado em um verbete sobre o Largo da Força em *As Ruas de Porto Alegre*, do historiador Eloy Terra. Essa lenda me levou a conhecer o monumento que protagoniza as investigações deste trabalho: a Igreja Nossa Senhora das Dores.

Depois da minha primeira visita à paróquia, o mais antigo templo católico da capital, situado no centro de Porto Alegre, a classe inteira embarcou no passeio, e lá foi a turma de Jornalismo e Cultura subir a estonteante escadaria da Rua da Praia e galgar para o topo de uma das suas magníficas e misteriosas torres. Em nosso tour ao campanário, guiado pela museóloga Caroline Zuchetti, ouvi pela primeira vez a lenda do escravo Josino e da maldição que, há mais de século, misturava-se à história da igreja e bruxuleava no imaginário porto-alegrense. No mesmo dia, eu propus a lenda como objeto de estudo do meu trabalho de conclusão de curso. Era dada a largada para a investigação do mistério, que me levaria a mergulhar nos recônditos de um nem tão distante século XIX. Quanta história poderia existir dentro de uma lenda?

Assim se configurou o principal objetivo deste trabalho: compreender a dimensão da lenda urbana do escravo Josino em seu contexto de produção oral e escrita. Para alcançar essa meta, o estudo tem os seguintes objetivos específicos: (1) analisar a estrutura narrativa que sustenta a lenda do escravo Josino; (2) contextualizar e apurar elementos históricos que afiançam a sua reprodução; e (3) sistematizar registros da presença dos escravos no principal cenário da lenda, a Igreja das Dores, e na imprensa local oitocentista.

No primeiro capítulo, “**A lenda como estrutura narrativa de comunicação urbana**”, apresentaremos a lenda de Josino e suas variações, os traços característicos deste gênero comunicacional que carrega e a sua estrutura narrativa. Entre os principais autores eleitos para subsidiar este primeiro olhar, destacamos o historiador e jornalista Sérgio da Costa Franco, autor de uma extensa bibliografia sobre a história de Porto Alegre; Jean-Bruno Renard,

sociólogo francês da Université Paul Valéry, que tem vários artigos publicados sobre o fenômeno do boato e das lendas urbanas; Sylvie Dion, professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Ph.D. em Literatura Comparada pela Universidade de Montreal, importante estudiosa das lendas, que trouxe contribuições, inclusive, para a pesquisa das lendas urbanas gaúchas; e Jonathan Culler, professor de inglês e literatura comparada da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, conhecido principalmente por *Teoria da Literatura: uma introdução* (1999),

O capítulo seguinte, “**À sombra da força: um século de cortejos e penas capitais**”, traz o pano de fundo histórico no qual se originou a lenda de Josino. Trata-se de um capítulo de contextualização do período oitocentista na velha Porto Alegre, amparado por textos como *A fundação de Porto Alegre* (1906) do jornalista Augusto Porto Alegre, *A Velha Porto Alegre* (2015) de Sérgio da Costa Franco e as obras de outros historiadores locais como Charles Monteiro e Fábio Kuhn. O contexto criminal é subsidiado por uma bibliografia diversa – que abrange a sociologia do crime, o conceito do “criminoso nato” e as leis penais do Império brasileiro sancionadas exclusivamente contra os escravos daquele período – e conta com as contribuições do filósofo Michel Foucault (1926-1984), do historiador Sidney Chalhoub, do sociólogo Marcos César Alvarez, entre outros. As referências também incluem uma série de processos criminais contra escravos da década de 1850, consultados exclusivamente para este trabalho no Arquivo Público do Estado (APERS), que contribuem para a visualização do cenário no qual os cativos encontravam-se inseridos.

No último capítulo deste trabalho, “**Escravos no papel: os registros da igreja e da imprensa**”, apresentamos a análise dos documentos consultados no acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores, incluindo o livro escrito pelo padre C. J. Papen em 1979, um Dossiê Histórico organizado pelas historiadoras Naida Menezes e Maria Lúcia Streck em 2006 e diversos livros de receitas e despesas do templo, referentes ao período entre 1848 e 1870. Por fim, a presença dos negros do oitocentos é examinada nos exemplares dos periódicos *O Mercantil* e *Correio do Sul*, que circularam em Porto Alegre na época, e que, por hoje serem os únicos registros de imprensa disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa para o nosso período de interesse – a década de 1850 – foram levantados para este estudo.

Quanto mais fundo mergulhamos na história de Porto Alegre, mais a lenda do escravo Josino parece possível. E são justamente os seus elementos *possíveis* que tornam a lenda tão intrigante. Portanto, foi na História¹ que a busca pelo lendário escravo aconteceu.

Nesta breve viagem no tempo, que nos conduz ao *milieu du siècle* oitocentista, na então capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os enigmas da lenda de Josino nos seduzem a revisitar antiquíssimos e poeirentos processos criminais contra escravos, escritos à pena e tinta que revelam as agruras da lei; também, os acervos da Igreja Nossa Senhora das Dores e do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, que – entre grossos livros de registros e páginas de papel-jornal que ameaçam se desfazer ao toque – iluminam os olhos e aguçam os olfatos mais investigativos; e, por fim, a preciosa literatura dos historiadores locais de Porto Alegre, que fundamentam o nosso estudo da lenda e oferecem profundo arcabouço de seu contexto histórico-social.

Da fase de pesquisa até a conclusão deste trabalho, algumas coisas mudaram. O projeto inicial consistia na produção de um livro-reportagem em busca da lenda do escravo Josino "nas brumas das memórias urbanas de Porto Alegre", pegando emprestada a definição dada pela professora Cida Golin, que contribuiu para este trabalho com sua inestimável orientação. Em certa medida, o trabalho seguiu alguns padrões reminiscentes de uma grande reportagem, mas acabou ganhando a forma e a estrutura de uma monografia.

A dimensão narrativa do relato foi outro fator importante para entender do que se constitui esta forma de comunicação denominada "lenda". Os estudiosos desse gênero narrativo nos levaram a pensá-la, sobretudo, como uma forma de comunicação urbana. Assim, o mesmo espírito de repórter que instigou as perscrutações deste trabalho – e que lá atrás pretendia relatá-las no formato de um livro-reportagem – ajudou a desenvolver este trabalho no formato de pesquisa acadêmica, sem perder o seu *ethos* jornalístico. A essência de sua produção foi a mesma: investigar o passado para lançar luzes no presente.

Dito isso, o estudo que você poderá ler nas próximas páginas tem caráter qualitativo e utiliza as metodologias de pesquisa: bibliográfica, uma vez que toda a discussão teórica é fundamentada na literatura científica nos âmbitos da História, Comunicação, Sociologia e Criminologia; e documental, na medida em que se debruça, essencialmente, sobre documentos históricos.

¹ Aqui, grafamos "História" com H maiúsculo para nos referir à ciência, no sentido apresentado no Dicionário Michaelis (2015) como o "estudo científico relativo ao passado de um povo, nação, período ou indivíduo, a partir de dados documentais". Assim o faremos para evitar também uma possível confusão com sua correspondente polissêmica "história", empregada à exaustão neste trabalho para se referir à "narrativa", "lenda", "crônica" etc.

Os documentos resgatados para a pesquisa documental foram os livros paroquiais e processos criminais, classificados como "registros institucionais escritos", e exemplares de periódicos que circularam em Porto Alegre na década de 1850 como documentos de "comunicação em massa".² Categorias à parte, todos os registros analisados neste trabalho constituem o que Kripka (2015) atribuiu ao conceito de documento: "tudo que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho" e que contribuirá para interpretar e melhor compreender os fenômenos e seus desdobramentos.³

O estudo da lenda, em específico, ganha a metodologia de pesquisa proposta pelo sociólogo Jean-Bruno Renard, que se dá em seis etapas: (1) a coleta da narrativa e suas variantes e (2) a análise da estrutura narrativa, abordadas no item 2 deste trabalho; (3) o estudo do contexto de difusão, ao qual é dedicado o item 3; (4) a medida do grau de veracidade, (5) o estudo do paratexto e (6) a interpretação dos boatos e das lendas, que serão contemplados no item 4, com a análise dos registros institucionais escritos e os documentos de comunicação em massa.

² GIL, 2010 apud KRIPKA, 2015

³ Sá-Silva; Almeida & Guindani, 2009 in KRIPKA, 2015

2. A LENDA COMO ESTRUTURA NARRATIVA DE COMUNICAÇÃO URBANA

Quase cinquenta anos depois do enforcamento, o *Correio do Povo*⁴ anunciava, no dia 22 de dezembro de 1900, um sábado, que duas torres tinham sido erguidas na Rua da Praia, nos flancos da Igreja Nossa Senhora das Dores, e que a maldição que foi jogada sobre elas no dia da execução, meio século antes, estava finalmente acabada.⁵

A maldição, reza a lenda, teria sido proferida na metade do século 19 por um escravo chamado Josino – um entre os muitos cativos cuja força de trabalho teria sido emprestada à construção da paróquia. Conta-se, até os dias de hoje, que ele foi acusado de roubar da igreja e, por esse crime, mais tarde, foi condenado à morte.⁶

Quando subiu ao patíbulo para cumprir a sentença, Josino rogou uma praga: como prova de sua inocência, seus algozes nunca veriam as torres do templo concluídas, pois ele não era o ladrão. Não viram. Nem os seus algozes nem os frequentadores da Rua da Praia ou os fiéis da Igreja Nossa Senhora das Dores. Não pelos cinquenta anos que se passaram até a conclusão da paróquia, registrada no *Correio do Povo* somente no final daquele século.

Com a inauguração dos campanários da igreja, que levou quase cem anos para ser concluída, desfazia-se “a lenda da credence ignara que a reputada obra era impraticável, em virtude de suposta praga rogada por um desgraçado que diz-se, foi por aquelas vizinhanças justificado por delito que não cometera”, segundo a nota no jornal, referenciada pelo padre C. J. Papen (1979).⁷

O escravo Josino não foi o único fantasma a assombrar a igreja nos anos que sucederam a sua morte em praça pública. Na década de 1860, a paróquia foi atingida por um raio e por uma guerra⁸, e esses eventos agourentos contribuiriam para que a lenda da praga de Josino se solidificasse de vez no imaginário popular.

⁴ Nota publicada no *Correio do Povo* em 22 de dezembro de 1900.

⁵ FRANCO, Sérgio Costa. Porto Alegre: Guia Histórico, 1988, p. 140.

⁶ Esta versão da lenda é a mais recorrente na historiografia de Porto Alegre, inclusive pelo historiador Sérgio da Costa Franco, quem mais profundamente parece ter se dedicado ao estudo dos enforcados na capital da então província de São Pedro. Um resumo desta versão aparece em *Porto Alegre: Guia Histórico* (1988) e também em *A Velha Porto Alegre* (2008), livro que reúne crônicas e ensaios escritos pelo autor ao longo de décadas de pesquisas da história local. A obra inclui um importante compêndio de 22 enforcados em Porto Alegre entre as décadas de 1820 e 1850.

⁷ PAPAN, Pe. C. J. A Igreja de Nossa Senhora das Dores. Resumo Histórico. Porto Alegre: Publicação da Paróquia de N. Sra. das Dores, 1979, p. 36.

⁸ Em seu resumo histórico para Igreja das Dores, lançado em 1979, o padre C. J. Papen explica algumas das razões dos atrasos na construção. De acordo com ele, “em abril ou maio de 1861, um raio danificou bastante o Altar-Mor do Templo.” e a reparação desses danos “e outros contratemplos paralisaram novamente as obras”. Mesmo com a não menos agourenta Guerra do Paraguai (1864-1870), os trabalhos foram reiniciados em dezembro de 1864, com o madeiramento do telhado.

A maldição virou lenda e a lenda ganhou vida na cidade, que já vivia sob a sombra das duas torres mesmo quando elas ainda não passavam de esqueletos inacabados. Assim, a breve saga de Josino da igreja ao cadafalso é contada e recontada até os dias de hoje nos livros da história de Porto Alegre, nos *tours* que atravessam o seu Centro Histórico e no transe da subida à magnífica escadaria ao pé das torres que adorna a igreja e a urbe.

Como consequência inata dos causos que são transmitidos de forma oral, hoje existem múltiplas versões de Josino, seu suposto crime e suas últimas e malditas palavras. Depende de quem conta e de *quando* se conta a história. Provavelmente, quem a ouviu antes de 1931, ano da publicação de *As Torres Malditas*, obra literária de Afonso Morais, que se inspirou na lenda do escravo⁹, conheceu uma versão diferente da que se alastrou depois do romance.

Enquanto algumas versões da lenda alegam que Josino sarrupiu tijolos da construção das torres¹⁰, outras insistem que se tratava, na verdade, de uma joia roubada da própria Maria, a imagem de Nossa Senhora das Dores que se encontrava no altar.¹¹

Quando investigamos mais a fundo, descobrimos que a santa, poucos anos depois, foi alvo de outra lenda local, desta vez envolvendo um raio que atingiu o altar-mor e danificou parte da paróquia¹², o que ajudou a fortalecer entre os locais a ideia de que a igreja havia sido mesmo amaldiçoada.

O historiador local Sergio da Costa Franco, que se dedicou com precioso afincio ao resgate do passado de Porto Alegre, decifrou a maioria dos enigmas que rondavam as torres da Igreja das Dores. Houve mesmo um escravo chamado Josino? Qual foi o seu verdadeiro crime? Ele rogou de fato uma praga? Foi realmente uma maldição que prolongou a construção da igreja por quase um século? Felizmente, para essas perguntas – inescapáveis a quem se vê admirado pela lenda – Franco traz respostas à altura da curiosidade.

A maioria das lendas são inacreditáveis. Colocam coisas improváveis nos lugares mais improváveis: bruxas no espelho, fantasmas na estrada, monstros em lagos que ninguém nunca viu. Para se emocionar com elas, é necessário um contrato voluntário de suspensão da descrença¹³ – o mesmo contrato que firmamos quando algo impossível, contraditório ou

⁹ FRANCO (2015); PAPEN (1979).

¹⁰ Além de serem transmitidas de forma oral, característica típica do gênero narrativo das lendas, a versão do roubo dos tijolos aparece em diversas publicações, no artigo de 2011 da historiadora Caroline Rippe de Melo para a Revista Museologia e Patrimônio (MELO, 2011, p. 173), e também no trabalho de 2013 da professora Dóris Bittencourt Almeida para a Revista Latino-Americana de História. (ALMEIDA, 2013, p. 354)

¹¹ DION, Sylvie. Lendas populares do Rio Grande do Sul. Cadernos Literários, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 33–46, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/11260>. Acesso em: 24 abr. 2021.

¹² PAPEN, Pe. C. J. (1979).

¹³ Quem primeiro cunhou a expressão "suspensão voluntária da descrença" foi o poeta inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), no prefácio da segunda edição de *Baladas Líricas* (1800). Segundo o autor, foi nesta obra

improvável acontece em um romance ou um filme, mas toleramos seus elementos absurdos, fantásticos ou sobrenaturais para poder apreciar a história.

Apesar do tom feérico da maldição, a lenda do escravo Josino não exige de quem a ouviu uma suspensão da descrença tão ousada. Muito pelo contrário. É extremamente fácil e sedutor acreditar que boa parte daquele episódio tenha *de fato* acontecido. Afinal, quase tudo na história do infeliz escravo que encontrou a morte na forca carrega um quê de possível. Ou, ao menos, de *não impossível*.

Existe, ali, uma igreja que foi construída com mão-de-obra escrava; existem duas torres que levaram meio século para serem concluídas; existe um Largo da Forca, a cerca de trezentos metros daquele templo católico, e tudo isso existe onde, outrora, houvera um movimentadíssimo núcleo de comércio de escravos e um código penal que permitia matá-los caso cometessem crimes ou saíssem da linha. Isso nos leva a uma questão central para este trabalho: quanta verdade existe dentro da lenda?

2.1 A apresentação da lenda: um escravo entre as torres de uma igreja

Existe a lenda de Josino. E existem lendas sobre a origem de Josino. Bem, não lendas propriamente ditas, mas especulações acerca de suas origens, seu senhor, sua história. Para entender como e de onde essa lenda surgiu, a primeira e inescapável busca de qualquer um que se interesse por ela será, indubitavelmente, o rastro do escravo.

Afinal de contas, encontrar Josino é, com efeito, encontrar a origem da lenda. Mas não sou o primeiro a procurar por Josino. Ao longo dos quase duzentos anos que nos separam deste personagem, historiadores e cronistas locais já se aventuraram a rastreá-lo ou, ao menos, mencionaram sua história como parte da memória de Porto Alegre.¹⁴ Mas ele nunca foi encontrado. Pelo menos, não pelo nome que conhecemos.

Na época da construção das torres, escravos foram levados à forca como punição por seus crimes. Contudo, nenhum documento consultado no acervo particular da paróquia Nossa Senhora das Dores comprova uma conexão direta entre a igreja e as execuções que aconteciam muito próximo dali, na Rua da Praia. Porém, cabe aqui uma importante observação: a

que ele percebeu que seus esforços deviam ser dirigidos a personagens românticos, "de modo a transferir de nossa natureza interior um interesse humano e uma aparência de verdade suficientes para prover a essas sombras da imaginação aquela momentânea suspensão voluntária de descrença que constitui a fé poética". (COLERIDGE, S. T. *Biographia Literaria*, Chapter XIV, 1817) Uma ideia semelhante já podia ser observada na introdução de *Uma História Verdadeira*, romance do satirista Luciano de Samósata (120-192), que narrava uma viagem à lua e aconselhava seus leitores, de antemão, "a não acreditarem" em suas mentiras.

¹⁴ CORUJA FILHO (1962); FRANCO (1988); TERRA (2001); MONTEIRO (2006).

incapacidade de provar que Josino existiu não implica, obrigatoriamente, na inexistência de um conjunto de lugares e circunstâncias que não somente tornou possível, mas contribuiu para que a lenda ganhasse vida e espaço no imaginário porto-alegrense.

Esse conjunto é formado, essencialmente, pelos três “pontos turísticos” da lenda e seus respectivos status à época: a Igreja das Dores e suas obras; o Largo da Força e as execuções de homens negros; e a Rua da Praia como um dos mais intensos núcleos do comércio de escravos na capital.

Antes de visitar esses “pontos turísticos” e entender como eles se relacionam com o surgimento da lenda de Josino – carregando, aliás, elementos fortes para a sua propulsão –, é preciso compreender o *gênero lenda*. Que histórias são essas? Como e por que elas surgem? Quais são as peculiaridades desse tipo de narrativa? Seriam as lendas a antítese da verdade? Ou seriam reféns dela, precisando conter elementos verdadeiros para que sejam dignas de serem acreditadas?

2.2 Lenda: um gênero narrativo

Lendas são histórias sem dono. Não são narrativas de um autor só, não têm direitos autorais e não precisam de papel, tinta e brochura para ficarem conhecidas. Lendas são narrativas coletivas. Sylvie Dion, uma estudiosa das lendas e autora de vários artigos que abordam esse gênero narrativo, escreveu que essas histórias extraordinárias são “carregadas de efeitos de verdade e de apelo à autoridade que fazem parte do conhecimento popular e da cultura informal”.¹⁵

A principal razão para essa informalidade é a forma pela qual a lenda chega ao ouvido. Sim, ao ouvido, não aos olhos. Pois, mesmo que um dia seja transcrita, a lenda é sobretudo uma narrativa oral, fruto da conversa de bar, das idas à feira ou de uma troca de cochichos entre vizinhos. E, talvez, aqui, você se pergunte se não estaríamos nós confundindo lenda com boato, quando na verdade estudar um implica em estudar o outro.¹⁶

O professor Jean-Bruno Renard, que leciona Sociologia na Université Paul Valéry, em Montpellier, no sul da França, certa vez escreveu que “o fenômeno do boato é tão antigo quanto

¹⁵ DION, Sylvie. A lenda urbana: um gênero narrativo de grande mobilidade cultural. Boitatá, Londrina, ago-dez, 2008, documento eletrônico.

¹⁶ Com efeito, o mais leigo leitor poderá perceber que os principais estudiosos de lenda do mundo atravessam necessariamente os conceitos de “rumor” e de “boato” ao escrever sobre o gênero. Isso pode ser visto, por exemplo, na obra de Sylvie Dion (2008) no Brasil, nos estudos do sociólogo Jean-Bruno Renard (2007) na França e nos livros do folclorista Jan Harold (2001) nos Estados Unidos.

a palavra humana”¹⁷. Com vários livros publicados sobre lendas urbanas, rumores e sobre a sociologia do imaginário, o autor francês traçou uma série de definições e princípios que servem para compreender a “psicologia” por trás de um boato. A partir de suas definições, concluiu que os rumores e as narrativas populares contemporâneas correspondem às lendas antigas, uma vez que expressam um pensamento social ou simbólico.

Renard faz duas observações sobre o boato:

A primeira observação é que um boato, em essência, pode não passar de *informação não verificada*. Nesse caso, um rumor não representa necessariamente uma mentira ou falsidade. Significa apenas algo que ainda não foi confirmado ou que não se pode corroborar.

O segundo olhar de Renard sobre esse fenômeno trabalha com a possibilidade oposta, a do boato como *informação falsa*. Em outras palavras, trata-se aí de uma “falsa novidade” na qual as pessoas acreditaram ou acreditam.

O boato, ou rumor, está na raiz da narrativa popular. Para ser mais preciso, vale até pegar emprestadas as nomenclaturas que Renard escolheu para falar desse tipo de histórias especificamente: lendas urbanas. Com efeito, o sociólogo também emprega a nomenclatura correspondente em francês para “lendas contemporâneas”, sob o argumento de que lendas urbanas não se chamam assim porque suas narrativas se desenvolvem na cidade. Uma lenda urbana pode se passar no campo, por exemplo, e isso não a torna menos lenda urbana. O sentido de *urbanidade*, aqui, é mais uma representação do tipo de sociedade que constitui a modernidade do que uma classificação geográfica das histórias.

Pretendemos dissecar e categorizar a odisséia trágica de Josino sob muitos aspectos, mas não com o intuito de identificar se ela se trata de uma lenda mais urbana ou mais rural. Isso não quer dizer, no entanto, que não acessaremos tais meandros. A geografia de uma lenda pode dizer muito sobre ela, suas origens e sua difusão. No caso da lenda de Josino, em que a narrativa se desenvolve em um perímetro conhecido, específico e nítido da cidade, ignorar a geografia dos acontecimentos, fictícios ou não, seria como escrever a biografia de Shakespeare e se esquecer de mencionar as tragédias.

Antes, contudo, de retornar ao cenário sombrio da lenda, vamos analisá-la do ponto de vista literário. Em seu artigo sobre o gênero comunicacional dos boatos e das lendas urbanas, o professor Jean-Bruno Renard apresenta quatro traços característicos que elas têm em comum.

¹⁷ RENARD, Jean-Bruno. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. In: Revista. FAMECOS. Porto Alegre, n.32, p. 97, abr. 2007.

Originalmente, esses traços foram observados por seu contemporâneo, o psicossociólogo francês Michel-Louis Rouquette, cuja bibliografia também atravessa o conceito de rumor.

2.3 Os traços “lendários”

São quatro os traços definidos por Rouquette: a instabilidade, a implicação, a negatividade e a atribuição. Iremos nos debruçar sobre cada um deles e observar em que grau estão presentes – se estiverem – na lenda de Josino.

2.3.1 Primeiro traço: instabilidade

O primeiro traço observado por Rouquette é a *instabilidade* da lenda. Renard a identifica no gênero narrativo da lenda ao passo que:

[...] o conteúdo da mensagem muda, principalmente quando o boato se forma e, simetricamente, depois de um período de relativa estabilidade, no momento em que ele se adapta a novos lugares (por exemplo, ao passar de uma cidade para outra ou de um país a outro). (ROUQUETTE, 1990, p. 119-123 apud RENARD, 2007, p. 98)

Na lenda da maldição de Josino, a instabilidade dificilmente ocorreria pela transferência da história para outra localidade, porque ela se adere veementemente a um período e a um lugar bastante específicos de Porto Alegre, neste caso, as décadas finais do império brasileiro e o perímetro que abrange a Igreja das Dores e o Largo da Força, respectivamente.

Longe de presumir a impossibilidade de a lenda de Josino se transferir para outro lugar e outro tempo, o que se supõe é uma ausência registros, orais ou escritos, no Brasil, de outras igrejas que tenham sido supostamente amaldiçoadas por um escravo injustiçado. A lenda de Josino tem a peculiaridade de ser singular no que concerne à ideia de Rouquette para instabilidade e transferência.

A riqueza de detalhes que envolve a lenda das torres malditas atravessa a história da própria igreja. Esse atravessamento não é comum entre a maioria das lendas urbanas que chegam ao pé do ouvido. Embora algumas fiquem gravadas em um determinado espaço de tempo da História, muitas costumam ser genéricas e atemporais. O conto extraordinário do escravo que amaldiçoou a igreja, por exemplo, é lenda ao mesmo tempo que rompe com o gênero, com o lendário.

Por tudo isso, a lenda de Josino é mais difícil de se transferir no tempo-espaço. O seu grau mínimo de generalidade não permite que ela vá além do círculo geográfico que a delimita na Rua da Praia. Dificilmente, subiria-se a escadaria de qualquer outra igreja neste país e ouviria-se dizer que ela foi amaldiçoada, muitos anos atrás, por um escravo que foi condenado à morte injustamente.

Por outro lado, é muito comum ouvirmos falar de criaturas folclóricas que foram vistas à noite nos campos ou de fantasmas de mulheres de branco que aparecem com certa frequência nos lugares mais distintos: um milharal, uma fazenda abandonada, uma beira de estrada – como, inclusive, ocorre na versão gaúcha da Noiva da Lagoa dos Barros, figura lendária que a cultura popular fincou nas rodovias do litoral norte do Rio Grande do Sul.¹⁸

É possível que haja uma *Dama de Branco* ou uma *Bela da Meia-Noite* para cada região ou cidade, tomando, às vezes, proporções ainda mais locais, em bairros ou balneários que assumem a sua própria versão. O caráter altamente genérico dessas lendas torna possível e ilimitada a sua transferência, de um modo que nunca foi (e provavelmente jamais ocorrerá) com a crônica trágica de Josino. A viagem no tempo-espaço, definida por Rouquette como instabilidade, nos mostra que, sob este aspecto, a tragédia das torres malditas é, pelo contrário, uma lenda bastante estável.

2.3.2 Segundo traço: implicação

Jean-Bruno Renard descreveu a *implicação*, segundo traço característico das lendas, como o “motor do boato”, uma vez que “é porque os indivíduos se sentem afetados pelo conteúdo de um boato que eles aderem a ele e o retransmitem. As histórias que mais nos interessam são aquelas que, de uma maneira ou de outra, nos dizem respeito”.¹⁹

“Por que eu quero contar essa história?”. Esta pergunta está no cerne da noção que temos de *implicação* para uma lenda. Por que essas histórias nos interessam? O que as tornam objeto do desejo de serem contadas por alguém para outras pessoas?

Sob o prisma da implicação, vale observar que as contações orais não são tão diferentes assim das narrativas escritas. Até mesmo quando um romance é escrito há, ali, implicação, ou seja, interesses, *quereres* da mão que escreve, que rasgam a página sob a forma das mensagens que se deseja transmitir e dos sentimentos que se anseia em provocar. Mas, afinal, que

¹⁸ DION, 2020, p. 40

¹⁹ ROUQUETTE, 1990, p. 119-123 apud RENARD, 2007, p. 98

elementos são esses presentes em uma história que nos inspiram a transmiti-la para as outras pessoas?

Para os estudiosos das lendas, a implicação é o combustível que as levam adiante. A professora Sylvie Dion, que leciona atualmente no curso de Letras da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e se dedicou, sobretudo, ao estudo das lendas e da literatura oral, definiu a lenda tradicional como uma narrativa de fabulação, subjetiva, ornamentada com elementos que vêm do fantástico, do sobrenatural e do extraordinário.²⁰

Para Dion, a fantasia, o místico, o impossível são elementos formadores de uma lenda, que a tornam diferente de um caso cotidiano. O rompimento arrebatador com o real e o salto para o fantástico fazem as lendas transcenderem a crônica e se tornarem dignas de serem contadas e recontadas à exaustão por uma comunidade ou grupo de pessoas. O fantástico, entretantes, é apenas uma das causas de implicação que podemos sugerir como força-motriz do gênero lendário.

As questões morais trazidas pelas lendas, abordadas pelo professor Jean-Bruno Renard em suas glosas sobre os boatos e as lendas urbanas (e às quais voltaremos, mais tarde, neste trabalho) configuram outro motor possível para a difusão dessas narrativas. Não é à toa que a maioria das lendas rezam sobre crimes, barbáries, vinganças, injustiças e outras heresias que geram comoção popular ou causam algum tipo de indignação local.²¹ A aura trágica dessas narrativas nos leva ao terceiro traço definido por Michel-Louis Rouquette para os boatos, que Jean-Bruno Renard atribuiu também às lendas: a negatividade.

2.3.3 Terceiro traço: negatividade

Nove a cada dez boatos são negativos.²² Em seu artigo sobre as lendas, Renard escreveu sobre a *cousa* rara de se topar com um boato que não seja infeliz. Ele também enumerou três razões plausíveis que explicariam por que os casos trágicos e proibidos são os preferidos da tradição oral, e como essa característica é comum às lendas.

Para o sociólogo francês, existe um interesse nato, inerente ao homem, pelas más notícias – e elas seriam a primeira razão. Aqui, vale um breve parêntese para o conceito de “fato”, uma vez que muitas vezes podemos, equivocadamente, pensá-lo como uma expressão absoluta da realidade.

²⁰ DION, 2008, p.3

²¹ DION, 2008, p.3

²² RENARD, 2007, p. 98

Para a jornalista Liriam Sponholz (2009), "acontecimentos" costumam ser empregados como sinônimo de "fatos" quando falamos de algo que ocorreu "no mundo exterior a nós". Entretanto, segundo ela, "nem todo fato é um acontecimento", uma vez que um fato não é a realidade em si, mas a sua descrição.²³

Em um artigo de 2009 sobre o conceito de fato no jornalismo, Sponholz destaca que os acontecimentos jornalísticos se distinguem pela sua imprevisibilidade.

É plausível pressupor-se, no entanto, de que declarações sobre o mundo exterior o descrevem, o julgam, o classificam, mas não necessariamente o inventam. Para tornar isto claro: a palavra "água" não inventa o objeto água, mas sim o descreve (cf. BAUMANN, 2002). (SPONHOLZ, 2009, p. 59-60)

Com efeito, em suas teorias do jornalismo, o professor e jornalista Nelson Traquina (2005) já mencionava a negatividade como um dos critérios de noticiabilidade que levantou para explicar como os acontecimentos se transformavam em notícia. Entre muitos critérios, ele também destacou a amplitude do evento e o tom inesperado dos acontecimentos como fatores relevantes para a elevação de um acontecimento à patente de notícia.²⁴ Traquina cita um exemplo da jornalista americana Liz Trotta (1992) para o conceito de notícia:

Durante a Guerra Civil norte-americana, o General William Tecumseh Sherman foi informado de que três jornalistas foram capturados e executados pelas forças rebeldes. Comentou o General: "Ótimo. Agora vamos ter notícias do Inferno antes do pequeno almoço" [...] (Trotta, 1992 apud Traquina, 1992, p. 61)

O trecho demonstra a relevância dos acontecimentos negativos para a construção das notícias, mas, sobretudo, para a fagulha inicial do burburinho, que incendiará o imaginário das pessoas quando as histórias chegarem a elas.

A segunda razão que explica a negatividade das lendas é a desvalorização das pessoas pelas próprias pessoas. A tragédia e a imoralidade dessas histórias constituem o tecido que separa socialmente quem as ouve de quem as protagonizou. O ato de transmitir o boato configuraria, portanto, essa separação, posicionando o seu interlocutor num anel externo — ou até superior — à esfera dos protagonistas do rumor, fortalecendo, no primeiro, a ideia de que ele "não é assim" ou "nunca faria aquilo", porque os valores de quem espalha o boato são

²³ SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez.2009.

²⁴ TRAQUINA, Nelson. As teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2005, p. 70.

sempre maiores e mais valorosos do que os valores de quem protagonizou o escândalo. Nas palavras de Renard, “falar mal do outro é, indiretamente, falar bem de si”.²⁵

O terceiro motivo do sucesso das histórias negativas são os sentimentos que elas provocam — que estão acima dos valores ferreamente morais e se caracterizam por uma fascinação, interesse, horror ou admiração “pela desordem, pelo mórbido e pelas transgressões do que é proibido”.²⁶ Segundo o sociólogo, essa é uma característica dos *fait divers* trágicos que os boatos e as lendas compartilham.

A lenda de Josino carrega a negatividade típica dos boatos e das lendas urbanas. A pequena e trágica odisseia do escravo é uma história de crime, punição e injustiça. Mesmo quando o rumor “estourou”, provavelmente, na metade do século XIX ou em seus meados, já podia ser percebida por seus contemporâneos como uma crônica negativa.

As marcas de sua negatividade atravessaram quase dois séculos e ganharam significado ainda maior, uma vez que, no decorrer deste período, camadas da lenda que outrora faziam parte do cotidiano porto-alegrense passaram a ser vistas não apenas como negativas, mas indefensáveis, como a escravidão, a pena de morte e o enforcamento em praça pública. É interessante refletir sobre como a negatividade da lenda de Josino se atualizou ao longo de quase duzentos anos. Com a transição para o mundo pós-moderno, ocorreu, certamente, um deslocamento dos centros de negatividade no mapa da lenda.

Se houvesse de fato um mapa para as lendas, um transeunte da Rua da Praia oitocentista poderia defender que nada é mais grave do que atentar contra a igreja. É provável que esse transeunte cartografasse “roubo” e “heresia” como os principais pontos negativos da história de Josino. Imagine rogar uma praga contra a casa de Deus na Porto Alegre de 1850. Que heresia maior do que essa poderia haver? Um transeunte contemporâneo, contudo, poderia apanhar esse mapa imaginário e atribuir outros elementos da lenda como seus maiores pontos ou centros de negatividade, como “escravidão”, “penas capitais” e “execuções públicas”.

A negatividade não apenas está presente na lenda de Josino: ela é muito sólida na história. Não é por menos que todos os três traços delineados por Jean-Bruno Renard para explicar o sucesso das histórias negativas são facilmente reconhecíveis na crônica das torres malditas. Em primeiro plano, ela é uma má notícia, seja por falar de um suposto crime ou por anunciar uma morte; em segundo, ela cria divisão social, na medida que isola da sociedade o

²⁵ RENARD, 2007, p. 98

²⁶ AUCLAIR, 1970 apud RENARD, 2007, p. 98

seu protagonista, o escravo Josino, bem como os criminosos e os escravos que morreram na forca; e, em terceiro, pela fascinação característica dos *faits divers* injetada pela tragédia.

Sob a ótica da negatividade, a triste história de Josino pode ser considerada uma típica lenda urbana, com todos os requisitos necessários para impregnar o imaginário porto-alegrense, e, com efeito, não somente sobreviver por duzentos anos, mas se tornar *parte* da memória da cidade.

2.3.4 Quarto traço: atribuição

É curioso pensar que o quarto e último traço do boato, definido por Rouquette e propriamente atribuído às lendas por Renard, pode ser observado, com efeito, nas primeiras linhas deste trabalho, que narram o anúncio do jornal *Correio do Povo*, no início do século XX, sobre a conclusão das torres da Igreja Nossa Senhora das Dores e o milagroso “fim da maldição”.

É o fenômeno da *atribuição*, ou, nas palavras de Renard, “a fonte designada pelo narrador como garantia de veracidade da informação”. Não se trata, necessariamente, da origem de um boato ou de uma lenda, mas de quem a contou.

O *Correio do Povo* não inventou a lenda das torres malditas. A marca lúgubre das execuções já assombrava o imaginário porto-alegrense pelo menos desde as *Antigualhas* do cronista local Antônio Álvares Coruja, cujos relatos remontam ao ano de 1881.²⁷ Assim, o jornal constitui-se como uma das mais importantes fontes de atribuição da lenda.

Do mesmo modo, o romance *As Torres Malditas*, inspirado na lenda, se tornou, na década de 1930, quando da sua publicação, referência de atribuição da lenda. Essas, porém, são apenas as fontes historicamente rastreáveis. “Eu sou fonte de atribuição ao passo que conto a lenda de Josino para os meus pais, meus amigos ou meus vizinhos”, podemos inferir, assim como eles também podem vir a ser à medida que transmitirem a história. É a lenda na sua forma mais pura: a tradição oral.

2.4 A pesquisa pluridimensional de Renard para as lendas

Até agora, conhecemos a lenda de Josino e levantamos algumas definições e características para o fenômeno do boato e das lendas urbanas. O próximo passo da nossa

²⁷ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. Antigualhas. Reminiscências de Porto alegre. Typ. do Jornal do Commercio, Porto Alegre, 1881. p. 12-14.

pequena investigação sobre as origens da lenda do escravo e das torres malditas é compreender qual é a melhor forma de pesquisar narrativas pertencentes ao seu gênero. Felizmente, o professor Jean-Bruno Renard, em seu precioso artigo para o nosso trabalho, elaborou um método de pesquisa dividido em seis etapas.

São elas: (1) a coleta da narrativa e suas variantes e (2) a análise da estrutura narrativa, que vamos abordar a seguir, neste capítulo; (3) o estudo do contexto de difusão, ao qual dedicaremos especial atenção no próximo capítulo, sobre a História por trás da lenda; (4) a medida do grau de veracidade, (5) o estudo do paratexto e (6) a interpretação dos boatos e das lendas, que trabalharemos no último capítulo deste trabalho, sobre a lenda nos documentos jornais.

2.4.1 Uma lenda, muitas histórias: variantes e variações

Toda vez que perguntamos a uma pessoa se ela conhece a lenda do escravo e das torres malditas, descobrimos que Josino cometeu um crime diferente. Algumas nunca chegaram a ouvir o nome “Josino”, mas se recordaram de “alguma história envolvendo um escravo e uma igreja amaldiçoada”. Este não foi o primeiro indício de que, talvez, nem tivesse existido mesmo um escravo Josino (mas isso é assunto para o próximo capítulo). O que há de interessante nisso, que podemos observar agora, são as *variações* que encontramos da lenda das torres.

A versão mais famosa, provavelmente, é a de que o escravo pedreiro surrupiou tijolos da construção das torres.²⁸ Outra versão muito conhecida é a de que Josino teria roubado uma joia da igreja, tendo removido a peça preciosa da imagem da Virgem Maria, a padroeira do templo, um sacrilégio ainda maior.²⁹ Uma reportagem de televisão de 2015, em comemoração ao 243º aniversário de Porto Alegre, recontou esta versão, sendo ainda mais específica sobre a joia roubada: a tiara de Nossa Senhora. À reportagem, um funcionário da paróquia, Lucas Volpatto, declarou que “até hoje a comunidade envolvida com a igreja sente a presença dessa praga. Quando uma obra atrasa aqui, seja no salão paroquial ou na casa do padre, todo mundo fala que o negro Josino anda por aí”.³⁰

²⁸ Esta foi a versão, transmitida oralmente, na primeira visita à Igreja das Dores, que inspirou a produção deste trabalho. Ela se repete à exaustão em matérias de jornal, reportagens de televisão, blogs na internet e foi assim mencionada também em um artigo de 2013 para a Revista Latino-Americana de História, mencionado nas notas do início deste capítulo (ALMEIDA e RODRIGUES, 2013, p. 354)

²⁹ DION, 2020, p. 36

³⁰ Jornal do Almoço: Especial #PortoemFesta. Vários apresentadores. Porto Alegre: RBS TV RS, 28 mar. 2015, 12h. Duração 120 min. Reportagem de Rosane Marchetti. Acesso em fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4068568/?s=0s>>

Na tradição escrita, o romance *As Torres Malditas*, de Afonso Morais, que já mencionamos anteriormente, relata o roubo de um colar de brilhantes que adornava a imagem de Nossa Senhora das Dores. Na obra, o escravo que leva a culpa pelo crime e é levado à forca se chamava José.

Muitas variações circulam nos meios escrito e oral. Algumas acusam do crime na igreja os seus próprios benfeitores, que tomavam as doações de volta, enquanto algumas mais polêmicas chegam a afirmar que foi o próprio padre, um homem ganancioso, que a furtou e usou o escravo como bode expiatório. Em um artigo sobre lendas famosas no Rio Grande do Sul³¹, Sylvie Dion comenta esta versão:

Bode expiatório por excelência, o escravo era o primeiro a ser acusado dos crimes. Assim, durante a construção da igreja de Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, uma pedra preciosa da estátua da Virgem desapareceu; um padre acusou de furto um escravo pedreiro. Ele foi condenado à forca, mas antes de morrer gritou a injustiça: “Vou morrer porque sou escravo, mas vou morrer inocente. A prova da minha inocência é que essas torres nunca vão ficar prontas!” (FAGUNDES, 1922, p. 125). Após sua morte, a construção da Igreja desacelerou de modo que as torres permaneceram inacabadas. O padre acusador, tomado por remorso, confessou seu crime. Ele próprio havia roubado a joia para oferecer como presente a uma de suas amantes! (DION, 2020, p. 36)

Em sua proposta de pesquisa pluridimensional das lendas, o professor Jean-Bruno Renard sugere que a primeira etapa do estudo de uma lenda seja a coleta da narrativa e suas variantes.³² Antes de bater o martelo e afirmar que as diferentes histórias mencionadas acima são, de fato, as variantes da lenda de Josino, cabe uma observação sobre o termo “variante”.

Quando fala das variantes de uma lenda, Renard se refere não somente às diferenças narrativas de uma mesma lenda, mas de múltiplas lendas, histórias com estruturas semelhantes, mas que podem (e constantemente são) narradas em diferentes tempos e lugares. Por exemplo, as já mencionadas lendas da Noiva Fantasma, Mulher de Branco e Dama da Meia Noite são *variantes* de uma mesma lenda. Falamos disso mais cedo, quando discutimos a instabilidade das lendas como o primeiro dos quatro traços característicos dessas narrativas.

Do mesmo modo, consideramos a tragédia de Josino e das torres malditas uma narrativa *estável* em relação às outras lendas, por possuir características estruturais que não a permitem “sair do lugar”. A lenda das torres malditas, em comparação com outras narrativas deste gênero, é portanto uma lenda extremamente local, que possui *variações*, mas não essas *variantes* capazes de viajar pelo tempo-espaço e se adaptar a novos tempos e lugares. Talvez possamos

³¹ DION, Sylvie (2020)

³² RENARD, Jean-Bruno (2007)

enquadrá-la como uma variante de lendas sobre pragas e maldições, mas aí estaríamos propondo uma classificação mais universalista dessas histórias.

Com efeito, o folclorista norte-americano Jan Harold Brunvand, que publicou em 2001 uma enciclopédia das lendas urbanas (*Encyclopedia of Urban Legends*), uma antologia com centenas de lendas famosas no mundo todo, sugeriu certa vez que todas as variantes de uma lenda poderiam ter nascido de uma mesma história originária.³³ Em uma de suas muitas obras sobre as lendas urbanas, *Too good to be true* (*Bom demais para ser verdade*, em tradução livre), publicado em 1999 nos Estados Unidos, ele se referiu às lendas como “histórias perdidas”. O folclorista atribuiu a expressão ao escritor colombiano Gabriel García Marquez, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura (1982) e autor de *Cem Anos de Solidão* (1967) e *Amor nos Tempos de Cólera* (1985).³⁴

Segundo Brunvand, García Marquez se encontra entre os não-folcloristas que se fascinaram pelas lendas urbanas. Em um artigo intitulado “Histórias Perdidas”, publicado em 1989 na edição inglesa do *Granma*, um jornal cubano, García Marquez discorreu sobre as tramas que são “passadas adiante de geração para geração e de país para país, com modificações sutis pelo caminho”.³⁵

Para Brunvand, é exatamente assim que as lendas urbanas se comportam. Segundo o folclorista, García Marquez batizou-as de “história perdidas” uma vez que foi incapaz de rastrear as origens de várias “histórias maravilhosas” que ouviu inúmeras vezes, pois, raramente, é possível deduzir as verdadeiras origens das histórias folclóricas.

“Deveria haver uma antologia dessas histórias que se repetem em todo o mundo e que, segundo aqueles que as contam, foram verificadas por testemunhas oculares”, sugeriu Gabriel García Marquez certa vez.³⁶ Inspirado por essa sugestão, mais tarde, o professor Jan Harold Brunvand publicou a *Enciclopédia das Lendas Urbanas* (2012), que reúne centenas de histórias deste tipo, e percebeu que, ao cruzá-las, poderia traçar as variantes.

Uma das histórias cruzadas fala de um homem que descobriu um diamante dentro da barriga de um peixe que pescou. Ao pesquisar no *Motif-Index of Folk-Literature*, uma fonte de referência folclórica, desenvolvida pelo folclorista Stith Thompson, Brunvand descobriu que

³³ BRUNVAND, J. H. *Encyclopedia of urban legends, updated and expanded edition, Volume 1: A–L and Volume 2: M–Z*. Santa Barbara, California: 2012, documento eletrônico.

³⁴ BRUNVAND, J. H. *Too good to be true: the colossal book of urban legends*. W. W. Norton & Company, New York: 1999, documento eletrônico.

³⁵ MARQUEZ, 1989 apud BRUNVAND, 1999.

³⁶ Idem.

“encontrar conteúdos surpreendentes dentro de um peixe” era uma ideia antiga no folclore mundial, recorrente, inclusive, em passagens bíblicas:

Quando chegaram a Cafarnaum, os fiscais do imposto do Templo foram a Pedro e perguntaram: “O mestre de vocês não paga o imposto do Templo?” Pedro respondeu: “Paga sim.” Ao entrar em casa, Jesus adiantou-se e perguntou: “O que é que você acha, Simão? De quem os reis da terra recebem taxas ou impostos: dos filhos ou dos estrangeiros?” Pedro respondeu: “Dos estrangeiros!” Então Jesus disse: “Isso quer dizer que os filhos não precisam pagar. Mas para não provocar escândalo, vá ao mar e jogue o anzol. Na boca do primeiro peixe que você pegar, vai encontrar o dinheiro para pagar o imposto. Pegue-o e pague por mim e por você”. (Mateus 17: 24-27 in BRUNVAND, 1999, não paginado)

O tema do conteúdo surpreendente de um peixe, explica Brunvand, reaparece em uma versão de uma lenda urbana conhecida nos Estados Unidos como “O Rato Frito de Kentucky”. Nesta história, uma mulher mostra o seu novo anel de noivado a uma amiga. Quando ela tira o anel do dedo para mostrar a inscrição, o anel cai em um bueiro e é engolido por uma enorme ratazana. Certo tempo depois, essa mesma mulher pede frango frito em um restaurante *fast-food* de Kentucky, no sudeste dos EUA. Quando morde a carne, seus dentes se chocam de repente com algo duro que revela ser o seu anel perdido. Para o folclorista, essas referências provam a natureza extraordinariamente adaptável do folclore, que atravessa os milênios e se adapta de forma surpreendente aos tempos modernos.³⁷

2.5 A arquitetura da lenda

“Há um impulso humano básico de ouvir e narrar histórias”, disse Jonathan Culler, professor de inglês e literatura comparada da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.³⁸ Ele é um respeitado teórico literário, autor de *Teoria da Literatura: uma introdução* (1999), no qual aborda, a partir dos estudos de narratologia, uma estrutura comum às narrativas. Desde que iniciamos esta pequena investigação sobre a lenda das torres malditas, nos perguntamos que elementos estruturais de suas teorias podemos encontrar na crônica trágica de Josino.

A teoria da narrativa postula sobre a existência de um nível de estrutura chamado enredo. É isso o que Culler nos diz em sua teoria literária, na qual ele sugere que em toda história deve haver “uma situação inicial, uma mudança envolvendo algum tipo de virada e uma resolução que marque a mudança como sendo significativa”.³⁹

³⁷ BRUNVAND, 1999

³⁸ CULLER, Jonathan. Teoria literária: uma introdução; tradução de Sandra G. T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999. p. 84-94

³⁹ CULLER, 1999, p. 86

Esses três pontos básicos (início, meio e fim) são fáceis de identificar — não somente na lenda de Josino e as torres malditas, mas na maioria das narrativas. Como situação inicial, temos um escravo trabalhando no erguimento das torres de uma igreja; o roubo configura a mudança, a virada na história; o enforcamento e a maldição constituem, por fim, o seu desdobramento triste e agourento.

Lendas dificilmente têm finais felizes. A professora Sylvie Dion já nos alertara disso em um de seus artigos sobre o gênero narrativo das lendas urbanas e o seu típico “discurso de prevenção e de advertência”.⁴⁰ Segundo ela, o tom advertivo das lendas nasce da necessidade de limitar o normal do anormal e a moral do imoral, pois, em essência, lendas são narrativas de transgressão⁴¹ e costumam falar de ações de desobediência e violação do proibido. Esse tom elementar das lendas constituiria, na teoria literária de Culler, o *discurso* dessas narrativas, que quase sempre pendem para discursos morais, exemplares e punitivos.

Apesar dessa tendência no gênero, é possível observar nas lendas traços estruturais de narrativas essencialmente textuais. A tradição oral, o flerte com o boato e o pendor natural das lendas para a mentira e para a transgressão não as tornam narrativamente inferiores. Elas tampouco rompem com a estrutura das histórias escritas, uma vez que igualmente desejam provocar sensações, identificação, admiração e incredulidade.

Culler nos diz que há muitas variáveis e que elas são cruciais para os efeitos das narrativas. “Grande parte da teoria narrativa”, ele explica, “explora diferentes maneiras de conceber essas variáveis”.⁴² A partir das questões-chave trazidas por ele para identificar variações significativas nas narrativas, é possível visualizar um pouco da arquitetura da lenda de Josino e como ela se comunica com quem a ouve:

Quem fala? Trata-se do narrador da história. No caso da lenda de Josino, a narração *sempre* ocorre em terceira pessoa e o narrador nunca é o primeiro a contar aquela história. Temos um narrador observador que não observou, de fato, os ditos acontecimentos, mas soube deles por um terceiro, que também não foi um observador direto dos acontecimentos que narrou.

Quem fala para quem? Esta questão-chave se refere ao narratário, ou seja, quem ouve a história. Estamos falando, portanto, do público da lenda: todas as pessoas a quem a história se apresenta, seja por circunstâncias geográficas (por exemplo, frequentadores da paróquia, moradores e transeuntes do Centro Histórico de Porto Alegre, turistas que passeiam pela Igreja

⁴⁰ DION, 2008, p. 3

⁴¹ Idem

⁴² CULLER, 1999, p. 87

das Dores) ou pela ilimitada capacidade da lenda de viajar e se reproduzir no tempo-espaço, sendo contada, ouvida, lida, transcrita, reescrita e navegada, em uma difusão sem fronteiras.

Quem fala que linguagem? A linguagem da narrativa de Josino e das torres malditas é a linguagem tradicional das lendas, oral e coloquial, comum à narração de um acontecimento, uma notícia ou uma curiosidade local.

Quem fala com que autoridade? Narrar uma história, afirma Culler, é reivindicar certa autoridade, que os ouvintes concedem. Quando uma pessoa visita um templo católico e ouve de alguém que, ali, no passado, um escravo ajudou a construir uma igreja, essa pessoa provavelmente não ficará questionando os elementos-base da história, mas dedicará sua atenção aos *acontecimentos* que envolveram este cenário e este personagem.

Quem vê? sempre que ouvimos ou lemos transcrições da lenda das torres malditas, temos a visão de um transeunte. A ideia de um transeunte cabe aqui porque nenhuma lenda é contada pela perspectiva de suas *vítimas*, por assim dizer. A história não é abordada pela perspectiva de Josino e tampouco focalizada através dele, mas por meio de uma testemunha ocular míope e externa ao templo e à senzala, incapaz, portanto, de atestar a inocência de Josino e corroborar a versão de que ele é apenas um bode-expiatório de outro escravo, de seu senhor ou do clero. Essa questão – que é o cerne da lenda das torres malditas – fica no ar como se quem assistisse ao episódio fosse um estrangeiro, alguém que o assistiu sem contudo participar ativamente da história.

Além destas questões-chave, Culler demonstra que a perspectiva de uma narrativa é atravessada por mais três variáveis: uma variável *temporal*, na medida em que a lenda de Josino pertence a um tempo específico — metade do século XIX —, sendo sempre contada muito tempo depois que a tragédia aconteceu; a variável da *distância e da velocidade*, ao passo que os principais acontecimentos da lenda (crime, punição, reviravolta) correm em um curto espaço de tempo (semanas ou meses, no máximo), e seu poder narrativo recrudescer conforme a história envelhece, uma vez que os desdobramentos (a inconclusão das torres) diretos da reviravolta (a praga de Josino) envelhecem fiéis à lenda, dando a ela requintes de verdade; e as variações ocorridas pelas *limitações de conhecimento*: uma vez que o olho do transeunte é a "câmera imaginária" que focaliza a história, o conhecimento sobre os detalhes da lenda se tornam difíceis de acessar. Tudo o que se sabe sobre ela se concentra na esfera do público, do que pode ser observado publicamente: o erguimento das torres, o cortejo pela Rua da Praia, as últimas palavras de Josino, o enforcamento em praça pública.⁴³

⁴³ CULLER, 1999, p. 90-91.

Mas, afinal, o que aconteceu nas entrelinhas? Quem, na verdade, roubou da igreja? Josino era inocente ou culpado? A morte dele foi uma injustiça? O mais antigo templo católico de Porto Alegre teria mesmo carregado uma maldição? Ela perduraria, como alguns acreditam, até os dias de hoje, passados quase duzentos anos do suposto enforcamento público de Josino?

Essas são apenas algumas das perguntas que envolvem a lenda das torres malditas, atravessam a memória de Porto Alegre e perambulam no imaginário local. A curiosidade que move a lenda e faz ela ser passada adiante, ao longo dos séculos, quase como uma segunda maldição – a maldição da dúvida –, não é um traço restrito ao gênero, mas comum a praticamente todas as histórias. Culler antecipa essa característica em sua *Teoria da Literatura*. Para ele, o prazer da narrativa está associado ao desejo:

Os enredos falam do desejo e do que acontece com ele, mas o movimento da própria narrativa impulsionado pelo desejo sob a forma de "epistemofilia", um desejo de saber: queremos descobrir segredos, saber o final, encontrar a verdade, o que impulsiona a narrativa é a ânsia "masculina" de domínio, o desejo de desvelar a verdade ("a verdade nua"), então que tal o conhecimento que a narrativa nos oferece para satisfazer esse desejo? Esse conhecimento é ele próprio um efeito do desejo? (CULLER, 1999, p. 94)

O desejo de contar uma história e o desejo de saber o seu final se confundem, seja pelo seu conteúdo ou pelas verdades que pode esconder. As lendas, essas histórias de lugares, do campo e da cidade, das praças e das estradas, viajam no tempo e no espaço, acendendo e se apagando na memória local como lampiões de rua — pois a ela pertencem, à rua, e nela são mais fortes e mais presentes, transformando a cidade, o bairro, os lugares em textos. Textos vivos, sejam eles orais ou escritos, que brincam com o desejo humano mais primitivo que é o desejo pelo conhecimento.

“Todos os homens, por natureza, propendem ao saber”, já nos avisava Aristóteles em suas divagações sobre a *Metafísica*.⁴⁴ Essa propensão natural e intrinsecamente humana está no cerne da questão que Culler nos traz sobre as histórias que tanto gostamos de contar e ouvir. “É a narrativa fonte de conhecimento ou de ilusão?”, ele questiona⁴⁵. Antes de ouvir uma lenda, esse gênero narrativo que se tornou sinônimo de mito e inverdade, de imediato alertamos ouvidos e mente que aquela história que estamos prestes a conhecer não é verdadeira, que seus acontecimentos *não podem* ser verdade. Mas e se puderem? E se houver algo de verdadeiro nelas?

⁴⁴ ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edição de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

⁴⁵ CULLER, 1999, p. 94

“Conhecimento ou ilusão?”, o velho dilema de Culler continua a ecoar, e nos leva à nossa questão inicial: quanta verdade cabe dentro de uma lenda? Para descobrir, precisamos fazer uma breve viagem ao passado e visitar um episódio que não pertence às lendas, mas à História, com H maiúsculo. É a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o ano é 1854. O ano em que o escravo que originou a lenda de Josino foi enforcado na Rua da Praia, sob a sombra do templo inacabado à Nossa Senhora das Dores.⁴⁶

⁴⁶ FRANCO, 2015, p. 49

3. À SOMBRA DA FORÇA: UM SÉCULO DE CORTEJOS E PENAS CAPITAIS

Lendas à parte, em 9 de novembro de 1854, uma quinta-feira, às 11 horas da manhã, um escravo baiano chamado Manoel foi executado em Porto Alegre⁴⁷. O cortejo dele partiu da prisão na qual se encontrava até então detido e avançou pela Rua da Praia até uma praça peninsular na embocadura do Lago Guaíba. Apenas trezentos metros separavam a Igreja Nossa Senhora das Dores do cadafalso que a câmara municipal ergueu para ele no Largo da Força.⁴⁸

Uma procissão atravessava a Praia do Arsenal, a faixa de terra que separava, à época, a jovem capital da província de São Pedro das águas do Guaíba. A marcha funesta se desenrolava à vista de todos, que iam se aglomerando dos estaleiros às portas da paróquia para assistir sua caminhada de penitência. A Rua da Praia, passarela dos cortejos, terminava num arvoredor lúgubre de vegetação rasteira, aparada somente de tempos em tempos, às vésperas dos dias de execução.⁴⁹

Os relatos históricos sobre a cidade oitocentista, levantados pelo jornalista Augusto Porto Alegre (1906), nos guiam através dos séculos por esses tristes cortejos⁵⁰. A celebração de uma missa, pouco antes do cumprimento da pena, conforme mostram esses relatos, reforça a relação próxima dos templos católicos com o Estado e seu monopólio da violência, legitimando – ou, pelo menos, sagrando – os rituais civis de exemplo e punição pública.

O juiz das execuções abria o séquito, flanqueado por um escrivão e outros funcionários da justiça. Logo atrás vinham os guardas que compunham o “quadrado da força” e escoltavam o preso durante todo o percurso. Marchavam também pela Rua da Praia os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, vestidos em balandraus, vestimentas que se assemelham a largas túnicas com capuz⁵¹, paramentos mediévidicos como as circunstâncias que o tiravam do armário. Para além de mero adorno, o figurino encenava a pompa das execuções, retratando a força da lei em um emblemático carnaval de suplício e morte.

Ao lado do juiz que puxava a procissão, o meirinho ia gritando: “Vai-se executar a sentença de morte natural, na força, proferida contra o réu!” E os moradores e transeuntes da velha Porto Alegre iam se espremendo para assistir à atração. “Por mandado do juiz”, revelam as descrições de Augusto Porto Alegre, “tinha logo início a leitura da sentença”. O carrasco

⁴⁷ APERS, Cart. do Júri, Porto Alegre, maço 120. (Execuções), proc. nº 3 3.880; AHRS, fundo Justiça, “Atas do Júri”, código J-52 apud FRANCO, 2015, p. 49

⁴⁸ PORTO ALEGRE, 1906. p. 95-96

⁴⁹ Idem

⁵⁰ Idem

⁵¹ Idem

entrava em cena: removia as algemas do sentenciado, manietava-lhe os braços e o trajava num “amplo casacão de algodão branco”.⁵²

Um sacerdote o acompanhava a derradeira subida ao patíbulo. As descrições dos enforcamentos são rememoradas pelo jornalista em *A fundação de Porto Alegre*:

[...] examinada a corda, em seguida, passava-se ao pescoço do réo sendo uma das pontas amarradas à trave do cadafalso, atrás do qual ficava. Na mesma ocasião o padre principiava o *Creio em Deus Padre*, repetido com toda a fé pelo executando; da segunda metade da reza para o final, o sacerdote vinha descendo a escada, de costas e, ao dizer na vida eterna, o carrasco empurava o condenado, que via-se galgado por aquelle, firmando-se fortemente nos pulsos ligados... Poucos instantes o corpo, ainda animado pelo calor vital, dava sinais de si, até que num arranco, despendendo-se de toda a sua energia, cahia inerte. Na praça a quietude tornava-se completa e somente sahia d'esse estado de torpor quando a tropa movimentava-se: então o povo tomava direcções várias, entregando-se aos seus labores e por muitos dias mostrava-se preocupado com a execução, assumpto obrigado em toda a parte. (Porto Alegre, 1906, p. 97-98)

Ganhava a praça o número medieval, que, inapropriado à Idade Média ou a qualquer tempo da história da humanidade, jamais poderia ser próprio em solo brasileiro como foi até os meados do 1800, menos de duzentos anos atrás, quando o resto do mundo já caminhava para a abolição dos suplícios e dos festivais públicos de punição, como explica o filósofo francês Michel Foucault:⁵³

No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo. Nessa transformação, misturaram-se dois processos. Não tiveram nem a mesma cronologia nem as mesmas razões de ser. De um lado, a supressão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. A confissão pública dos crimes tinha sido abolida na França pela primeira vez em 1791, depois novamente em 1830 após ter sido restabelecida por breve tempo; o pelourinho foi supresso em 1789; a Inglaterra aboliu-o em 1837. As obras públicas que a Áustria, a Suíça e algumas províncias americanas como a Pensilvânia obrigavam a fazer em plena rua ou nas estradas — condenados com coleiras de ferro, em vestes multicores, grilhetas nos pés, trocando com o povo desafios, injúrias, zombarias, pancadas, sinais de rancor ou de cumplicidade — são eliminados mais ou menos em toda parte no fim do século XVIII, ou na primeira metade do século XIX. O suplício de exposição do condenado foi mantido na França até 1831, apesar das críticas violentas — “cena repugnante”, dizia Real; ela é finalmente abolida em abril de 1848. (FOUCAULT, 1987, documento eletrônico)

⁵² PORTO ALEGRE, 1906, p. 97

⁵³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p, documento eletrônico.

No Brasil, a pena de morte só foi abolida com a Constituição Republicana de 1891.⁵⁴ A última execução da pena capital foi aplicada em abril de 1876 na cidade de Pilar, na então província de Alagoas.⁵⁵

Figura 1: Nota do *Jornal do Pilar* de 30 de abril de 1876.

EXECUÇÃO. — O Poder Moderador confirmou a sentença de morte proferida pelo jury desta cidade contra Francisco, um dos assassinos dos infelizes capitão João Evangelista de Lima e sua mulher d. Josepha Marta de Lima.

Fonte: Arquivo Nacional

Em Porto Alegre, lembra Franco, as execuções chegaram ao fim em 3 de novembro de 1857.⁵⁶ Nesta data, ocorreram três execuções na capital, que foram descritas pelo cronista Coruja Filho em *Datas Riograndenses*⁵⁷:

No dia 3 de novembro de 1857 ocorreram as últimas execuções em Porto Alegre, no Largo da Forca [...] Foram levados ao patíbulo os réus Domingos Batista, Sargento Félix e o pardo Florentino. Os dois primeiros eram acusados do latrocínio do súdito português Manoel Tavares, e o terceiro assassinara o seu senhor Antônio Soares Leães. Sobre Domingos Batista, corria a história de que, às vésperas da execução, pessoa amiga de sua família mandara-lhe um grande pão-de-ló recheado com uma navalha. Ao encontrar a arma, Batista jogou-a ao chão, exclamando: — Estão enganados! Não me degolo; prefiro morrer enforcado. (FILHO, 19632, p. 363)

O espetáculo mortal – e lendário, como se tornaria nas décadas seguintes – não era inédito para os porto-alegrenses. Entre dezembro de 1821 e junho de 1822, três décadas antes da fatídica execução de Manoel, que teria inspirado a lenda de Josino, sabe-se que, num intervalo de apenas sete meses, sete réus foram enforcados.⁵⁸

⁵⁴ CARVALHO apud SANTOS (2010): SANTOS, A. C. A Lei da Pena de Morte: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 42, jun. 2010

⁵⁵ Ricardo Westin, "Jornal de Alagoas narrou em detalhes última pena de morte executada no Brasil", Agência Senado, 4 de abril de 2016.

⁵⁶ FRANCO, 2015, p. 53-54

⁵⁷ FILHO, Coruja. *Datas Rio-Grandenses*. Editora Globo: 1962.

⁵⁸ FRANCO, 2015, p. 35-36

Figura 2: Em alguns enforcamentos, o carrasco subia nos ombros do condenado para acelerar a morte⁵⁹



Fonte: Arquivo Nacional

“Se a intenção, aliás explícita, do Rei e de seus ministros era oferecer ao povo a visão exemplar dos castigos, dentro de uma política de prevenção geral da delinquência, o objetivo deve ter sido alcançado”,⁶⁰ explica o historiador Sérgio da Costa Franco, autor de um breve compêndio sobre os enforcamentos na capital, que compõe *A Velha Porto Alegre*, obra lançada pela primeira vez em 2008 e reeditada em 2015 que reúne ensaios e crônicas sobre a cidade publicados em jornais regionais ao longo de sua carreira.

Franco (2015) levantou a identidade de pelo menos 22 nomes marcados para morrer pela mão do Estado e por suas leis exemplares, que imperaram principalmente na primeira metade do século XIX. Para ele, as frequentes execuções ocorridas em 1822 causaram “na pequena vila natural comoção”.⁶¹

O jornalista Augusto Porto Alegre – filho do escritor Aquiles Porto Alegre, considerado por muitos o primeiro cronista local – confirma a regularidade das execuções em praça pública ocorridas naquele período:

Durante o anno, trez ou quatro vezes havia execução em Porto Alegre, dos réos cuja condemnação podia ser feita pela justiça local [...] As execuções tinham realisação na praça da Harmonia, hoje Martins de Lima, que por isso naquelle tempo chamou-se largo da Forca; [...] Magotes de escravos compareciam ao acto bem como alumnos das escólas, para meditemem no valor da acção da justiça, desenrolando-se a seus olhos num espectáculo de dôr e agonia, com que a sociedade imperfeita ia punir a propria imperfeição dos membros que a compõe. [...] (PORTO ALEGRE, 1906, p. 95)

⁵⁹ Ricardo Westin. "Império usou a forca para conter escravos assassinos". Agência Senado, 4 de abril de 2016.

⁶⁰ FRANCO, 2015, p. 35

⁶¹ FRANCO, 2015, p. 36

A morte na forca não era, portanto, um espetáculo novo, por mais profundas e permanentes que fossem as suas marcas nos sentenciados e na plateia. Apesar do choque inevitável de se pensar hoje as execuções de escravos na Porto Alegre oitocentista, é importante observar que esses não eram eventos excepcionais. Ao contrário, eram relativamente *frequentes* na capital (embora não tão numerosos se compararmos com outros sítios e períodos históricos). Compreender, entretanto, que estes não eram eventos excepcionais, mas recorrentes, é crucial para a costura do pano de fundo histórico. O contexto dos enforcamentos é justamente o ponto em comum entre a realidade e as lendas sobre escravos e enforcamentos que vieram a se disseminar, de forma escrita ou oral, naquele século e no seguinte.

Quando se fala, sobretudo, em rumores e boatos, lançar o olhar sobre o contexto histórico é fundamental para corroborar a noção de que são os elementos factuais e verídicos, pertencentes a contextos reais, que fertilizam o terreno das lendas urbanas e as fazem ser tão críveis. Se as lendas só contivessem mentiras, decerto ninguém acreditaria nelas. Na medida em que retratam situações verdadeiras ou semelhantes a episódios verdadeiros, elas cumprem sua função de encantar, enganar e se difundir. Os enforcamentos eram reais. O que mais é real na lenda das torres?

Fato é que muitos – ou *quase todos* – os elementos que compõem a pequena odisséia fantástica da subida do escravo Josino ao cadafalso encontram subsídio na História. Entretanto, ninguém até hoje (nem mesmo Franco, quem mais perseverantemente parece ter se dedicado ao assunto na bibliografia local) foi capaz de encontrar uma conexão *direta* que ligasse o escravo Josino à Igreja Nossa Senhora das Dores, sede das famosas torres amaldiçoadas.

O escravo Manoel, executado no Largo da Forca, é o nome mais próximo que as investigações históricas foram capaz de chegar da origem da lenda. Agora, como Manoel virou Josino e seu delito (de que vamos falar mais à frente) se tornou sacrilégio, colocando-o, por assim dizer, na “cena do crime” de um suposto roubo que ora pode ter sido de tijolos, ora de uma preciosa joia do templo, ninguém parece saber ao certo. Transfigurar os fatos em episódios fantasiosos e sobrenaturais é justamente o tipo de feito que os estudiosos das lendas, que apresentamos no capítulo anterior, esperariam do gênero.

Faremos deste capítulo um buraco de agulha, por meio do qual atravessaremos os principais elementos factuais por trás da lenda, a fim de costurar o pano de fundo factual em que ela se originou. Para urdir esta breve colcha histórica, falaremos da Porto Alegre oitocentista e de uma cidade movimentada pelo mercado escravo; do Largo da Forca, onde as penas capitais eram cumpridas; do erguimento e da história da Igreja Nossa Senhora das Dores, bem como do trabalho de escravos na sua construção; dos códigos penais do Brasil Imperial,

que vigoraram à época, permitindo o enforcamento de cativos, principalmente; e dos processos criminais baseados nessas leis, que este trabalho levantou a fim de investigar a existência (ou inexistência) de Josino.

3.1 A Porto Alegre dos escravos

A escravidão na província não era recente. Desde os tempos que remontam às primeiras charqueadas, havia uma ocular expansão da escravidão africana na então província de São Pedro.⁶² Em sua *Breve História do Rio Grande do Sul*, o professor Fábio Kühn, do Departamento de História da UFRGS, explica que, ao longo do século XIX, a escravização dos povos africanos em terras gaúchas foi definidora para a economia e a sociedade da época.

“Além das atividades ligadas à pecuária (estâncias e charqueadas) e à agricultura”, discorre Kühn, “os cativos africanos ou crioulos agora também eram ocupados nas atividades urbanas, como em serviços domésticos ou como escravos de ganho.”⁶³ Apesar da reprodução natural dos cativos, os indícios históricos apontam que a maioria dos escravos chegava ao Rio Grande do Sul por meio do tráfico negreiro. Em meados de 1858, os escravos representavam cerca de um quarto da população total, número que cresceria até a década de 1870, quando chegariam a um terço do total de habitantes, segundo Kühn.⁶⁴

Em Porto Alegre, a presença crescente dos africanos ao longo do século XIX é observada pelo escritor Aquiles Porto Alegre em suas crônicas sobre a jovem metrópole.⁶⁵ Os trabalhadores escravizados, ou libertos negros, e seus descendentes logo se tornaram parte do espaço urbano e da sociedade, movimentando a economia e definindo a estrutura doméstica das casas da capital. Em uma crônica intitulada “Os Cangueiros”, Aquiles já afirmava que “não havia um lar de mais ou menos colocação social que não tivesse de dois a meia dúzia de escravos africanos”.⁶⁶

Em *Porto Alegre e suas escritas*, obra com histórias e memórias da cidade publicada em 2006 pelo professor Charles Monteiro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, esta e outras crônicas de Aquiles são reunidas e permitem um passeio pelas ruas porto-alegrenses do século XIX. Apesar de o cronista ter sido um entusiasta do abolicionismo, como

⁶² KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*, 2007, p. 71

⁶³ Ibid.

⁶⁴ KÜHN, 2007, p. 72

⁶⁵ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 187

⁶⁶ MONTEIRO, 2006, p. 187

Monteiro aqui observa, ele não escapou do erro de reproduzir clichês sobre os povos africanos, resumindo-os, algumas vezes, à sua força de trabalho.

As “pretas minas” que já pululavam pelas ruas da capital no *milieu du siècle* oitocentista eram descritas como quitandeiras e conferiam ao Mercado Público um “lado pitoresco”.⁶⁷ Os homens negros, por sua vez, apareciam nas crônicas porto-alegrenses como vendedores, ambulantes e escravos de ganho, sujeitos que “perambulavam pela cidade, abancados nas portas de tavernas ou em frente às ‘suas’ casas”, oferecendo mercadorias em tabuleiros. Monteiro traz recortes das crônicas de Aquiles que mostram como a figura do escravo, indissociável de seu trabalho, aparece de forma constante nas narrativas da época:

Esta também deveria ser a condição das lavadeiras descritas em sua romaria aos chafarizes públicos. "Desde o romper do dia até um pedaço da noite era um moto-contínuo de pretas minas que desciam e subiam a escadaria rolando de barril à cabeça". E, também, dos cangueiros que carregavam às costas "as pipas de vinho ou de aguardente, os pianos, os fardos enormes, eram geralmente transportados por quatro deles", que eram geralmente encontrados "às portas das tabernas de esquina, tecendo chapéus de palha rústica". (PORTO ALEGRE, 1940, p. 169 apud MONTEIRO, 2005, p. 189)

A crônica oitocentista de Porto Alegre constitui apenas um entre os muitos “documentos históricos” que escancaram a (sub)existência de servidão e trabalho como a única possibilidade de vida para toda uma classe de pessoas neste período. Em escala provincial, um terço da população vivia para servir ou sustentar os outros dois terços. Estima-se que, em 1861, havia 3.449 escravos e 667 libertos em Porto Alegre, cuja população total era de 17.765 habitantes.⁶⁸

Fruto do que o historiador Pedro de Alcântara Figueira denunciou em sua tese sobre a historiografia brasileira, “muitas vezes” – ou quase sempre – se deixa “a história falar pela boca da classe dominante”.⁶⁹ Não foi diferente com os escravos, que tiveram todos os aspectos de suas vidas que não fossem concernentes a sua força de trabalho excluídos e silenciados pela historiografia – ou minimizados pela dominância de outras culturas, mesmo quando os negros representavam expressiva fatia da população.

A memória da resistência negra à escravidão e sua participação na formação da sociedade e da cultura porto-alegrense foram silenciadas na historiografia. No entanto, as "marcas" da experiência negra no espaço urbano e seu legado cultural perpeturaram-se por meio de relatos orais, rituais religiosos, festas, mas também, nas páginas dos cronistas da cidade. Esse silêncio é bastante significativo para compreender a matriz

⁶⁷ Ibidem, p. 188-189

⁶⁸ KÜHN, 2007, p. 72-74

⁶⁹ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A historiografia brasileira: 1900-1930 (1973)

explicativa produzida pelo Instituto Histórico sobre a história da fundação e do crescimento de Porto Alegre, que destacava, na formação da identidade e da memória urbana, apenas o elemento europeu, branco e masculino pertencente às elites políticas e intelectuais. (MONTEIRO, 2005, p. 194)

Por mais que muitos de seus textos sobre a capital apresentem uma sociedade “harmônica” no que concerne à relação e ao lugar dos escravos na velha Porto Alegre, conflitos envolvendo cativeiros e fuga de castigos ganham pequenas aparições nas crônicas de Aquiles:

A chácara do velho José Francisco era muito grande. Descia da rua da Independência, então estrada geral, e vinha morrer no Campo da Redenção. Ai existiam nesgas de mato cerrado, com abundância de caça arisca. Neste sítio escondiam-se os escravos que fugiam de mau cativeiro, encontrando abrigo seguro na solidão da natureza agreste. (PORTO ALEGRE, 1925, p. 11-14 apud MONTEIRO, 2005, p. 194)

De acordo com Monteiro, esse “lugar de memória da resistência” dos escravos no espaço urbano de Porto Alegre foi referenciado por Aquiles como “a Várzea” (e que no século seguinte viria a ser rebatizado como Campo da Redenção).⁷⁰ Os negros africanos e afro-brasileiros, segundo ele, trabalhavam “no comércio, na construção civil, nos transportes, na limpeza urbana e em inúmeros outros ofícios”.⁷¹

Apesar da força de trabalho que entregaram, compulsoriamente, aos seus senhores e à sociedade do século XIX, os escravos lutaram contra o cativeiro, lembra Kühn (2007), não somente na capital, mas por toda a província, seja arquitetando fugas e construindo quilombos ou negociando diretamente com seus senhores a fim de obterem cartas de alforria e recuperarem a liberdade. A Lei do Ventre Livre, que daria fim à reprodução interna dos cativos e facilitaria o acesso à alforria, só entraria em vigor em 1871.⁷²

3.2 Pena capital: a sentença que uniu Josino e Manoel

As lendas têm tanta força que florescem até mesmo em jardins de veracidade. No capítulo anterior, falamos das variações da lenda de Josino e das torres malditas, típicas do gênero. Uma versão muito contada – inclusive pelo cronista Aquiles Porto Alegre – insinua que Josino, o escravo injustiçado, pertencia ao sr. Domingos José Lopes, um conhecido

⁷⁰ MONTEIRO, 2005, p. 194-195

⁷¹ Ibidem

⁷² KÜHN, 2007, p. 71-73

comerciante da Rua da Praia, e fora alugado pelo seu senhor para trabalhar no erguimentos das torres.⁷³

À época, os escravos eram identificados não somente por seus primeiros nomes, mas pelos nomes dos senhores a quem pertenciam. Os periódicos que circulavam no século XIX eram exemplo disso. Quando os cativos precisavam ser mencionados, muito mais importante do que referir-se a eles por seus nomes de batismo era dizer a quem eles pertenciam.

Quando o historiador Sérgio da Costa Franco resgatou, pela primeira vez, os documentos processuais contra o famoso escravo Josino, ele sabia que a forma mais rápida de chegar à identidade dessa figura lendária de Porto Alegre era por meio do nome de seu senhor. Contudo, quando buscou os processos criminais envolvendo Domingos José Lopes, não encontrou o que esperava:

A tradição oral comete seus pecados. E a História escrita sem a busca de documentos não raro atropela a verdade. Numa de suas primorosas crônicas, intitulada “A Praça da Harmonia”, Aquiles Porto Alegre, descrevendo o lúgubre Largo da Forca, escreveu: “O último desgraçado que lá perdeu a cabeça foi o escravo de Domingos José Lopes, que tentou contra a existência do senhor”. Enganou-se Aquiles, e, em sua esteira, outros cronistas que o repetiram sem exame. (FRANCO, 2015, p. 48)

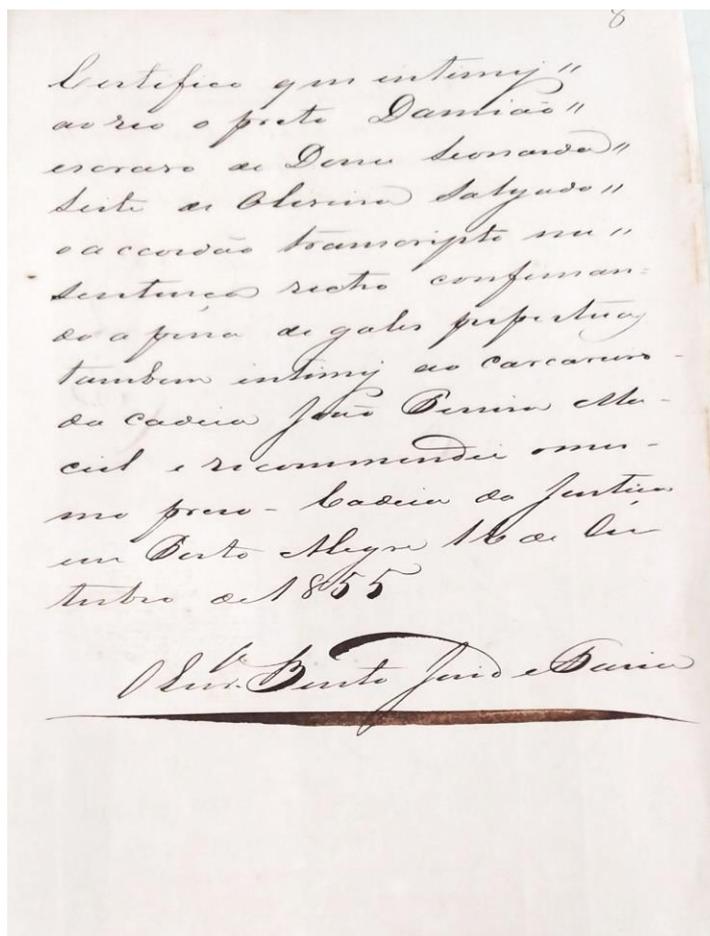
A crônica de Aquiles Porto Alegre havia levado o historiador a um beco sem saída. Segundo Franco, nenhum processo contra o escravo do sr. Domingos José Lopes foi encontrado nos maços do Arquivo Público do Estado. O escravo em questão morava de fato na casa do comerciante, “mas pertencia a Fermiano Pereira Soares, cunhado de Domingos”. Como de costume, foi identificado no processo como “Manoel, escravo de Fermiano Pereira Soares”.⁷⁴ De acordo com Franco, Manoel habitava a senzala do sr. Domingos, que tinha tomado para si a tarefa de repassar o cativo para outro senhor em Porto Alegre, sendo esse o motivo da confusão dos cronistas e da dificuldade na busca por seu processo criminal.⁷⁵

⁷³ FRANCO, Sérgio da Costa. A velha Porto Alegre: crônicas e ensaios. 2ª edição, Porto Alegre, Edigal, 2015.

⁷⁴ FRANCO, 2015, p. 48-49

⁷⁵ Ibidem

Figura 3: Processo criminal contra Damião, escravo de Dona Leonarda Leite de Oliveira Salgado” em 1855⁷⁶



Carteiras que intemij
aviso o preto Damião
escravo de Dona Leonarda
Leite de Oliveira Salgado
e a cordão transcripto su
sentença recta confirman-
do a pena de galés perpetua
tambem intemij ao carcereiro
do caio José Durio este-
ciat e recommenda omni-
me pro- basia de justiça
em Porto Alegre 16 de Ju-
nho de 1855

João Durio

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

O crime que levou Manoel ao patíbulo, entretanto, não envolvia roubo e tampouco a Igreja Nossa Senhora das Dores. Os documentos processuais, segundo Franco, não permitiam “concluir que o réu protestasse inocência, conforme a versão lendária”.⁷⁷ Pelo contrário, demonstravam que Manoel, baiano, 29 anos, não negava a autoria do crime de insubordinação pelo qual foi preso e enforcado.

No dia 9 de janeiro de 1853, um sábado, insubordinou-se contra a ordem de Domingos, que mandava os escravos de sua casa trocarem de roupas todos os sábados. Desobedeceu, e quando Domingos quis aplicar-lhe a bárbara disciplina do vergalho, reagiu contra o senhor e contra os outros três cativos que secundavam o patrão. Matou o escravo Gaspar a golpes de faca e feriu gravemente os parceiros Felizardo e Antônio. Afinal foi dominado. (FRANCO, 2015, p. 49)

⁷⁶ Nesta decisão de 1855 da justiça de Porto Alegre, vemos um exemplo da forma como os escravos do período eram identificados: o réu era o preto Damião, escravo de Dona Leonarda Leite de Oliveira Salgado. A forma de identificação ilustra a dificuldade dos historiadores locais em encontrar o processo criminal contra o escravo de Domingos José Lopes / Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

⁷⁷ FRANCO, 2015, p. 49

O processo contra Manoel foi veloz. Em 26 de abril do mesmo ano, o júri condenou-o à morte à luz da lei especial de 10 de junho de 1835. O perdão real não foi concedido, e Manoel foi para a forca no ano seguinte.⁷⁸

3.3 Como manda a lei: os códigos criminais do século XIX

Os códigos penais que vigoraram durante a maior parte do século XIX não foram brandos com a classe dos escravos. Durante o período colonial, as penas criminais eram severas, empregadas através das Ordenações do Reino (Afonsinas, Manoelinas e Filipinas). Essas punições podiam incluir mutilações físicas e penas capitais para delitos de algumas naturezas. A atualização do código penal no Brasil só aconteceu depois que o império rompeu de vez com a Coroa Portuguesa. Entretanto, em 1824, ano em que foi outorgada a Constituição do Império do Brasil, o novo código ignorava a escravidão, muito embora o rompimento com Portugal não tivesse significado, nem de longe, um rompimento com o regime escravocrata como principal sistema econômico do país.⁷⁹

Em um artigo de 2010 para a Revista *Métis*, os historiadores Roberto Radunz e Olgário Vogt explicaram algumas das mudanças trazidas pela novo código. Uma vez em vigência, a Constituição de 1824 – que buscava inspiração nos ideais iluministas e liberais – determinou que dali em diante “ficavam ‘abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as [de] mais penas cruéis’ (art. 179, Inciso XIX) no recém-emancipado país”.⁸⁰ Mas a nova lei não se estendia aos escravos:

[...] O próprio Código Criminal de 1830, no seu artigo 60, dizia textualmente: “Se o réo for escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os soffrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a traze-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.” (RADUNZ e VOGT, 2010, p. 194)

No dia 11 de abril de 1829, o imperador D. Pedro I, abstinha-se do seu poder de perdoar ou moderar, a partir daquela data, penas imputadas a escravos que tivessem matado os seus

⁷⁸ FRANCO, 2015, p. 49

⁷⁹ RADUNZ, Roberto, VOGT, Olgário P. A mais severa e exemplar e exemplar punição: o rito processual contra o Preto Ricardo. *MÉTIS: história & cultura* – v. 9, n. 17, p. 181-200, jan./jun. 2010.

⁸⁰ *Ibidem*

senhores.⁸¹ Com a atualização, ordenou-se que “todas as sentenças contra escravos por morte feita a seus senhores fossem de logo executadas, sem ter de irem à sua consulta”.⁸²

Segundo o historiador André Costa dos Santos, o recrudescimento da lei foi mais uma demonstração dos esforços de um Império obstinado em punir, de forma severa, os escravos que se rebelavam contra os seus superiores.

Ora, numa sociedade aristocrática, onde o trabalho servil era sua base de sustentação, onde nesta época, o número de escravos era assustador frente ao número da população livre, o medo de uma suposta haitinização aterrorizava os escravocratas. Numa sociedade em que as extenuantes jornadas de trabalho eram concomitantes com as constantes humilhações sofridas pela privação da liberdade e duplo servilismo ao senhor e ao Estado, o que aplacaria a retaliação escrava? (SANTOS, 2010, p. 5)

No que concerne às leis criminais, a década de 1830 trouxe mudanças importantes. Em seu precioso ensaio sobre os 22 enforcados em Porto Alegre, o historiador Sérgio da Costa Franco reforça a primeira delas. Em 1830, “a legislação tirânica do Livro V das Ordenações Filipinas” foi alterada parcialmente, reduzindo a incidência das penas capitais, sem, contudo, aboli-las. Dois anos depois, o Código de Processo Criminal inauguraria o Tribunal do Júri e criaria, finalmente, “a figura do promotor público”.⁸³

Com a mudança, o juiz deixava de ser *também* o inquisidor dos casos que chegavam ao seu tribunal. Além disso, a partir dessa data, o Código exigia unanimidade para a aplicação da pena capital – o que, segundo Franco, mudou de novo na década seguinte com a Lei de 3 de dezembro de 1841, que exigia apenas “maioria de dois terços”.⁸⁴

As mudanças não pararam por aí. Em 1832, passou a vigorar um novo Código Criminal, complementar ao Código Penal.⁸⁵ Para Raduns e Vogt, as principais inovações foram o júri popular e o *habeas corpus*, que tinham “caráter liberal” e permitiam ao “réu argumentar em sua defesa”. O afrouxamento do código não foi duradouro⁸⁶. Três anos depois, em 1835, o texto

⁸¹ “Tendo sido muito repetidos os homicídios perpetrados por escravos em seus próprios senhores, talvez pela falta de pronta punição, como exigem delitos de uma natureza tão grave, e que podem até ameaçar a segurança pública, e não podendo jamais os réus compreendidos neles fazerem-se dignos de Minha Imperial Clemência: hei por bem, tendo ouvido meu Conselho de Estado, ordenar, na conformidade do art. 2 da Lei de 11 de setembro de 1826, que todas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita a seus senhores, sejam logo executadas independentemente de subirem à minha Imperial Clemência.” Decreto de 11 de abril de 1829. “Ordena que sejam logo executadas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita a seus senhores.” Coleção das leis do Império do Brasil, 1829, p. 264-264.

⁸² SANTOS, A. C. A Lei da Pena de Morte: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 42, jun. 2010, p. 5

⁸³ FRANCO, 2015, p. 35

⁸⁴ FRANCO, 2015, p. 35

⁸⁵ RADUNZ e VOGT, 2010, p. 181-200

⁸⁶ Com efeito, o historiador Sérgio da Costa Franco menciona em *A Velha Porto Alegre* o aviso ministerial nº 414, de 25 de novembro de 1834, que ordenava que “a pena extrema seria executada onde tivesse sido o réu

viria a sofrer novas e duras atualizações. Era a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835, que vinha para acentuar a crueldade e as agruras dos códigos de 1830 e 1832, mas não era para todos. A nova lei tinha um alvo específico: os cativos.⁸⁷

3.4 Uma lei para matar escravos

Sob o martelo inclemente da justiça, os escravos do século XIX viram suas vidas e mortes – que não os pertenciam, mas ao Império – serem jogadas numa eterna gangorra, com leis que ora arrefeciam, ora recrudesciam, de acordo com o termômetro descalibrado de uma aristocracia temerosa e dominante. Apesar de as leis penais contra os cativos escoarem para um futuro “liberalizante”, como sugeriu Franco em seus estudos, o medo acachapante da elite oitocentista atrasou o seu afrouxamento.⁸⁸

O historiador André Costa dos Santos foi cirúrgico ao capturar, em um artigo de 2010 para a Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma breve transcrição que bem exemplifica o temor da classe dominante, expresso pelo parlamentar Paula e Souza: “dois milhões de escravos, todos ou quase todos capazes de pegarem em armas! Quem senão o terror da morte fará conter esta gente imoral nos seus limites?”.⁸⁹

A insurreição das Carrancas em Minas Gerais, em 1833, e o Levante dos Malês na Bahia, em 1835, agravaram esse temor de retaliação das classes nobres da sociedade imperial – fora a lembrança amarga e ainda viva da Revolução Haitiana, na virada do século XVIII para o XIX, que culminou com a ascensão de povos de ascendência africana ao poder.⁹⁰

Tudo isso, somado aos “repetidos” assassinatos “perpetrados pelos escravos em seus senhores”, como escrevera o imperador D. Pedro I na Coleção das leis, em 1829, que contribuiu para a construção desta forte desconfiança sobre os escravos. A Lei de 10 de junho⁹¹, que endureceria as penas contra esta classe perigosa⁹² da sociedade, foi uma resposta a todos esses

sentenciado, e então se levantaria a forca que seria demolida logo depois da execução”. Segundo ele, essa recomendação expressava o caráter excepcional do castigo e o decoro público exigido pelo Império no que concerne ao suplício dos condenados a partir daquela data. Ademais, em Porto Alegre, pareciam haver “dificuldades para a ereção da forca” registradas no acervo da Câmara Municipal.

⁸⁷ FRANCO (2015), RADUNZ e VOGT (2010), SANTOS (2010)

⁸⁸ FRANCO, 2015, p. 36

⁸⁹ SANTOS, 2010, p. 5

⁹⁰ SANTOS, 2010, p. 6

⁹¹ Lei imperial nº4 de 10 de junho de 1835. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm. Acesso em: abril de 2021, Brasil.

⁹² CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

temores. O texto publicado determinava as penas com que deviam “ser punidos os escravos” que matassem, ferissem ou cometessem quaisquer ofensas físicas contra os seus senhores, além de estabelecer regras pra o processo. Assim, estabelecia que:

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.

Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das circunstancias mais ou menos aggravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente communicados.

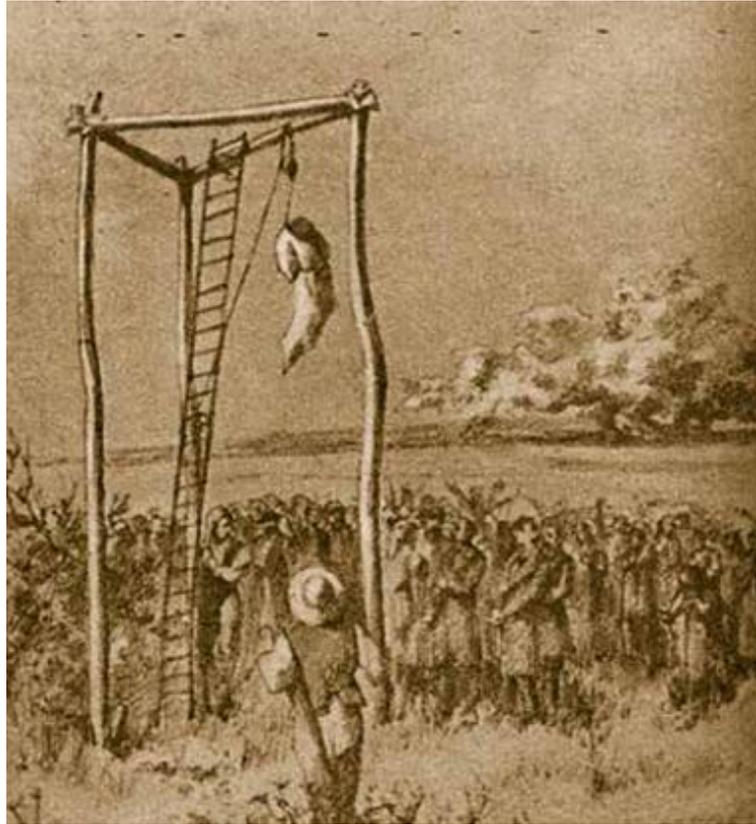
Art. 3º Os Juizes de Paz terão jurisdicção cumulativa em todo o Municipio para processarem taes delictos até a pronuncia com as diligencias legaes posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluido que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresenta-lo no Jury, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos.

Art. 4º Em taes delictos a imposição da pena de morte será vencida por dous terços do numero de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se fôr condemnatoria, se executará sem recurso algum.

Art. 5º Ficão revogadas todas as Leis, Decretos e mais disposições em contrario. (BRASIL, Lei imperial nº4 de 10 de junho de 1835.)

A lei imperial era clara. Ao mesmo tempo que defendia a segurança e os interesses dos senhores e patrões, dirigia à classe escrava uma mensagem explícita: insubordinações de nenhuma natureza seriam toleradas. Uma vez em vigor, a Lei de 10 de junho provava a natureza estamental do império brasileiro. Ao incorporar o Código Penal, oficializava o que já se assistia na prática desde o período colonial: a divisão da sociedade em castas, uma nobre e digna de ser protegida a qualquer custo; a outra, inferior e alvo de eterna perseguição e repressão.

Figura 4: Imagem do século 19 mostra negro na forca: escravos tinham de assistir às execuções



Fonte: Arquivo Nacional

Em seu artigo sobre as penas de morte neste período, o historiador André Carlos dos Santos (2010) disserta acerca das consequências que caíam sobre os escravos que quebrassem a Lei de 10 de junho. De acordo com ele, os cativos que se rebelassem “contra qualquer superior, a partir daquela data, teria a morte como certa”.⁹³ Além disso, lembra da decisão do imperador D. Pedro I, de 1829, que o espolia de conceder seu real perdão aos que fossem condenados à morte e, assim, encurtava o caminho dos escravos até a forca:

Sendo a sentença condenatória, ela se executaria sem recurso algum. Os escravos delinquentes estariam, a partir daquele momento, à mercê do rigor do júri a que fossem apresentados, pois como o decreto imperial de 11 de abril de 1829 não deixava brechas para o pedido de graça e comutação, poderiam ser condenados à morte ou a qualquer pena, não havendo nenhuma medida judicial cabível que suspendesse ou atenuasse o veredicto. (SANTOS, 2010, p. 6)

Em uma sociedade economicamente sustentada pelo escravismo e viscosamente amalgamada a uma noção social colonialista, as leis oitocentistas não eram para todos. Muito pelo contrário, eram escritas e sancionadas pela classe dominante para a classe dominante, em

⁹³ SANTOS, 2010, p. 6

detrimento da camada servil, com o claro objetivo de garantir a manutenção do status quo aristocrata e a longevidade de um lucrativo – e desumano – sistema de produção que tinha o escravo no eixo principal de uma engrenagem movimentada pela força de trabalho dos escravos e por um contumaz projeto de opressão contra essa classe de pessoas.

O conjunto de punições idealizado pelo império para manter os cativos sob mãos de ferro castigava, portanto, a existência – não os crimes, e tampouco os criminosos. Para explicar a lógica da punição imperial sobre os escravos, Santos afirma que “no Brasil não se punia diretamente o infrator pelo seu crime”, mas a sua “condição servil, a qualidade de ser escravo”.⁹⁴

Essa conclusão parece ter sido influenciada pelas glosas do político, diplomata e historiador Joaquim Nabuco, que, em seu livro inacabado, *A Escravidão*, discorreu sobre a comum prática de reprimir a existência ante o crime: “Pune-se a raça em um só, porque à pena que ele mereceu como um delinquente vulgar ajunta-se outra em que ele incorre como escravo, por ser escravo, por ser da raça cativa”.⁹⁵

3.5 Perigosos antes e depois da escravidão

A escravidão deixou marcas profundas no mundo, e no Brasil, com uma abolição tardia, não podia ser diferente. Embora os anos finais do oitocentos tenham decretado o fim do império e do sistema escravista, em 1888, e da pena capital, em 1890, já no código republicano,⁹⁶ os mecanismos de opressão contra negros, fossem eles livres ou ex-escravos, não foram extintos – e, com efeito, perpetuam-se até os dias de hoje.

No período pós-abolicionista, quando separar escravos de homens livres se tornou mais difícil, as cicatrizes que a sociedade brasileira herdou da escravidão reconfigurou esses mecanismos de opressão, que sobretudo no final do século XIX vão embasar o surgimento do conceito de *classes perigosas*. Com o rompimento com o sistema escravocrata, a periculosidade dos cativos se transferiu para os negros e pobres em geral.

O professor e historiador Sidney Chalhoub (1996) dedicou especial atenção ao conceito de “classes perigosas” em seu livro *A cidade febril*, que aborda os cortiços e as epidemias que marcaram a Corte imperial oitocentista, principalmente após a abolição. A expressão “classes

⁹⁴ SANTOS, 2010, p. 7

⁹⁵ NABUCO, 1988, p. 56 apud SANTOS, 2010, p. 7

⁹⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). Tempo, Niterói, v. 23, n. 2, p. 264-289, maio de 2017. Documento eletrônico.

perigosas" surgiu na primeira metade do século XIX, mas se tornou mais popular somente nos anos que sucederam à libertação. O conceito foi muito usado para se referir a um grupo social formado à margem da sociedade civil, composto por pessoas que já houvessem passado pela prisão ou, mesmo não tendo sido presas, "havia optado por obter o seu sustento e o de sua família através das práticas de furtos e não do trabalho".⁹⁷

No Brasil pós-abolição, a figura do negro passou a ser, para a aristocracia dominante, uma "classe perigosa" a partir do momento em que as qualidades temerárias atribuídas a este grupo correspondiam às mesmas características observadas nas "classes pobres". A mão do Estado passava a perseguir não necessariamente aqueles que praticavam delitos, mas o negro, pobre, o desvalido, o miserável, o marginalizado que nem sequer havia cometido crimes.⁹⁸ Durante o regime escravista vigente no império, entretanto, o escravo era sempre perigoso.

Neste pequeno salto temporal até os meados do oitocentos, podemos observar que o raciocínio inerente à noção de classes perigosas ganha o interesse de criminologistas e estudiosos de Direito Penal, convergindo para a ideia de um *criminoso nato*.⁹⁹ Em seu artigo de 2002, *A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais*, o sociólogo Marcos César Alvarez, professor no Departamento de História da Universidade de São Paulo, introduz os primórdios dessa onda antropológica do crime, que estourou na Itália ao longo dos anos 1800 e reverberou fortemente nos estudos dos primeiros criminologistas brasileiros, no final do mesmo século.

Entre os primeiros entusiastas da noção biológica do crime, e que mais influenciaram os estudiosos brasileiros, foram o antropólogo e criminologista Cesare Lombroso (1835-1909) e o magistrado Raffaele Garofalo (1851-1934). Este último, explica Alvarez, "influenciado pelo darwinismo social", foi quem cunhou a expressão "crime natural" com a finalidade de determinar as condutas que ofendiam "os sentimentos morais e básicos de piedade e probidade em uma sociedade".¹⁰⁰

⁹⁷ CHALHOUB, 1996

⁹⁸ A noção de perseguição às classes ou grupos sociais desfavorecidos em detrimento da perseguição à criminalidade propriamente dita é abordada pelo historiador político Robert D. Storch, da University of Wisconsin. Autor de *Policing Provincial England, 1829-1856*, ele aborda a origem das instituições policiais e a sua estruturação ao longo do século XIX. Em seu artigo "O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana", Storch aprofunda a discussão em torno de uma polícia inaugurada para "apoderar-se de todos os espaços públicos", monitorar os acontecimentos dos bairros operários e "tentar impor" os novos padrões de "disciplina urbana" e "decoro público". Assim, concluiu, a ação policial "tocava mais diretamente no cotidiano daqueles membros das classes pobres que nunca cometeram atos criminosos.

⁹⁹ O conceito de "criminoso nato" é estudado pelo sociólogo Marcos César Alvarez, professor no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, em um artigo de 2002 para a Revista Dados, intitulado *A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais*.

¹⁰⁰ ALVAREZ, 2002, p. 681

No Brasil, o filósofo e jurista Clóvis Beviláqua (1859-1944), embora simpático às ideias que defendiam as causas sociais do crime, não descartava a doutrina biológica. Em 1896, ele afirmou estar “convencido” da existência de um “*pathos* criminogêneo, um morbus que impele ao delito, qualquer que seja a sua natureza, e contra o qual a pena se revelará impotente na maioria dos casos”. Com efeito, Beviláqua conclui:

[...] essa anomalia é menos comum do que se poderia supor; estou igualmente convencido. O que mais ordinariamente se depara na vida, é a combinação de certas condições fisio-psíquicas apropriadas à perpetração do malefício, com certas outras condições sociais que fecundam esse germe individual, se é que muitas vezes não o fazem produzir-se.” (BEVILÁQUA, 1896, p. 17 apud ALVAREZ, 1996 apud ALVAREZ, 2002, p. 687-688)

Mais uma vez, vemos declarações que atribuem à parte da população “condições fisio-psíquicas”, inatas, intrínsecas, que conduzem inevitavelmente determinados grupos da sociedade ao “malefício”, à uma perpetração quase que involuntária de crimes. Quando afirma que “a pena se revelará impotente na maioria dos casos”, declara-se, por conseguinte, que a existência deste *pathos criminogêneo*, inexpugnável do coração, da mente e dos corpos dos malfeitores, seria tão absoluto e irremediável que não havia punição ou castigo à altura de tratá-lo.¹⁰¹ Ou seja, mesmo após o fim do regime escravista e das leis que permitiam a aplicação de penas capitais no Brasil, pensava-se em punir determinados elementos da sociedade por uma causa anterior ao delito: pretendia-se punir, portanto, não o infrator em si, mas o indivíduo, pelo crime de ele ser quem era.

Embora essas correntes de pensamento tenham ganhado força após a abolição, a lógica do pensamento punitivista que vigorou ao longo do século XIX era semelhante. Punia-se escravos por serem escravos. Se não fosse assim, não existiriam leis específicas para essa classe, que conferiam penas mais cruéis para escravos e mais brandas para homens brancos e livres. Diante disso, não é surpreendente entender por que as antigas Ordenações do império, os códigos penais oitocentistas, o fim das indulgências imperiais, em 1829, e a Lei de 10 de junho de 1835 não foram misericordiosos com a vida dos escravos.

De fato, a mão impiedosa do Império somente não ceifou mais vidas negras – essas mesmas vidas que não podiam tender para a virtude pela “natureza” de um cárcere que não tinha nada de natural – porque a classe a que pertenciam e para a qual erguiam forcas e patíbulos

¹⁰¹ BEVILÁQUA, 1896, p. 17 apud ALVAREZ, 2002, 687

era também, na cidade ou no campo, a mesma classe que erguia a pá e sustentava o lucro e o bem-estar de seus algozes.^{102 103}

3.6 Porto Alegre ergue a forca

A forca nem sempre esteve ali. Alguém a colocou. E, principalmente, alguém *mandou* que a colocassem naquele lugar. Apesar das leis “draconianas”¹⁰⁴, roubando o apropriado termo que o historiador Sérgio da Costa Franco empregou para se referir a elas, não há registros de execuções em praças públicas de Porto Alegre até, pelo menos, o ano de 1821. Segundo Franco, os réus condenados na então capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul eram levados à Casa de Suplicação e à Relação do Rio de Janeiro, onde poderiam receber o perdão do imperador Dom Pedro I ou a pena última. Assim, até o início da segunda década do oitocentos, os porto-alegrenses foram poupados do ritual sinistro dos enforcamentos.

A forca que aparece na lenda do escravo Josino – e que agora sabemos que apareceu primeiro na História – foi inaugurada para punir publicamente o africano Joaquim, “de nação Mina, escravo de Joaquim Machado Leão”, pelo assassinato da mãe de seu senhor, a velha Leoa. Subiu ao patíbulo em 7 de dezembro de 1821 e teve a cabeça decepada e exibida ao público. “Não admira que Pereira Coruja”, escreveu Franco, “com 15 anos de idade na data dessa execução, não a esquecesse jamais”.¹⁰⁵

Antes disso, parecia não haver uma forca na vila.¹⁰⁶ O historiador Eloy Terra, autor de *As ruas de Porto Alegre*, conta que foi o juiz municipal Vicente Ferreira Gomes¹⁰⁷ quem enviou

¹⁰² GUIMARÃES apud RADUNZ et VOGT (2010)

¹⁰³ Os erros e a preguiça de cativos costumavam ser punidos de formas diversas e brutais. De acordo com Vogt e Raduns, os castigos impostos aos escravos brasileiros iam desde a palmatória até as chicotadas, “que deixavam o lombo e as nádegas dos cativos em carne viva”. Nas fazendas, as chibatadas no tronco eram frequentes, e os feitores surravam “as costas e as nádegas do negro até a carne rasgar”. Mas os requintes de crueldade não paravam por aí: sobre as feridas profundas deixadas pelo chicote, os patrões mandavam arremessar “punhados de sal e pimenta”. Isso causava a infecção dos ferimentos e prolongava a dor por dias. O objetivo era tornar os ferimentos uma lembrança constante na memória e na pele dos cativos. Vogt e Radunz recorrem aos estudos da historiadora Eliane Guimarães, que estudou a criminalidade e a escravidão em uma região cafeeira de Minas Gerais, para lembrar como a “racionalidade econômica” estabelecida no sistema escravista fazia com que os castigos físicos imoderados não fossem regra. Isso porque “não interessava ao proprietário a mutilação ou, no pior dos casos, a perda pela morte de uma peça geradora de riquezas.”

¹⁰⁴ FRANCO, 2015

¹⁰⁵ APERS, Cart. do Júri de Porto Alegre, proc. nº 78, maço 3 apud FRANCO, 2015

¹⁰⁶ TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre*. Editora Age, 2001: Porto Alegre, p; 156-157

¹⁰⁷ A título de curiosidade, vale dizer que o juiz deste caso, Vicente Ferreira Gomes, foi também um dos primeiros jornalistas da capital, tendo sido redator do *Diário de Porto Alegre*, o primeiro jornal do Rio Grande do Sul, e fundador do *Constitucional Rio-grandense*. (BARRETO, Abeillard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Porto Alegre, 1986, p. 27-28, 61-62.)

um ofício à Câmara de Vereadores solicitando a ereção da força a fim de que pudessem cumprir a sentença do condenado “com a maior brevidade”:

Como era a primeira vez que aquilo acontecia, a Câmara decidiu enviar uma cópia do ofício ao Governador pedindo instruções. A Câmara não encontrava amparo legal no seu Regimento para a instalação da força. O Governador então ordenou que a Câmara mandasse levantar a força o quanto antes, no lugar que julgasse mais conveniente. (TERRA, 2001, p. 156-157)

Depois que as autoridades públicas vistoriaram possíveis sedes para a execução das penas capitais, Terra explica que os vereadores optaram por erguer a força na Ponte das Pedras, onde atualmente se situa parte da Praça Brigadeiro Sampaio. O local então passou a se chamar Largo da Forca. De acordo com o historiador, esse foi o seu primeiro nome. O lugar é descrito da seguinte forma:

O terreno era coberto de vegetação rasteira, largado ao abandono. Nem mesmo a armação da força se via naquele local. Ela era retirada depois de cada execução, para não chocar as pessoas de bem com sua imagem ameaçadora. O Largo da Forca só recebia cuidados da Câmara quando alguém estava prestes a ser executado. A praça então era capinada. [...] Terminada a execução, o local voltava a ser um terreno baldio, mal cuidado, temido e amaldiçoado. (TERRA, 2001, p. 156-157)

Em seu livro sobre a origem dos nomes e as curiosidades das primeiras ruas de Porto Alegre, ele também esbarra na descrição de outro enforcamento lendário que teria acontecido ali, mas com um desdobramento surpreendente. Era o caso do “negro chamado Lucas”. Segundo Terra, naquele dia, o carrasco empurrou o escravo para a morte, mas a corda rebentou. Aquilo teria sido interpretado pelos presentes como uma sinal de inocência.

E logo um irmão da Santa Casa cobriu o negro Lucas com a Bandeira da Misericórdia. De acordo com os costumes da época, ele deveria ser perdoado. A corda rebentada era um aviso da justiça divina à justiça dos homens. Mas o juiz que comandava a execução resolveu não respeitar o costume, nem ligar para a justiça divina. E ordenou o enforcamento. A partir daí, os mais supersticiosos passaram a evitar aquele local, pois os fantasmas e as almas penadas estavam de volta, pedindo orações, ameaçando com vinganças ou então chorando e jurando inocência. (TERRA, 2001, p. 156)

O caráter legendário desta pequena crônica apresentada por Eloy Terra ao descrever o Largo da Forca, somado à sua ausência entre os 22 enforcados do historiador Sérgio da Costa Franco, provoca certa dúvida sobre a veracidade do caso. Fato é que podemos concluir, desde já, que, longe de serem exclusivas à tradição oral, as lendas sobre enforcamentos em Porto Alegre já apareciam na historiografia e na crônica local antes ou no mesmo período da lenda do escravo Josino.

As semelhanças são evidentes: ambas narram a saga breve e fatal do enforcamento em contos de punição e inocência. A título de curiosidade, se considerarmos o estudo das variantes das lendas, apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, poderíamos, inclusive, cogitar se as duas histórias não teriam nascido de uma só.

Os processos criminais resgatados por Sérgio da Costa Franco nos mostram que o escravo Manoel, o provável Josino da lenda, foi executado em meados de 1854.¹⁰⁸ Neste ano, a cerca de trezentos metros da forca, escravos trabalhavam no erguimento das duas torres da Igreja Nossa Senhora das Dores. O que estava acontecendo ali e por que o templo se tornou o cenário principal – protagonista até em relação ao próprio Largo da Forca – da lenda de Josino?

¹⁰⁸ FRANCO, 2015

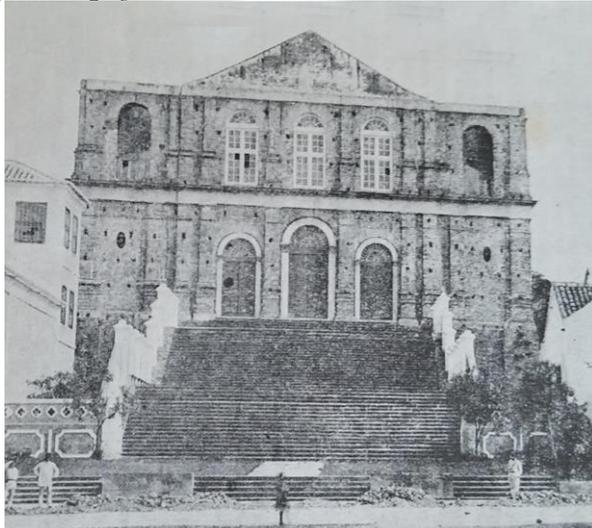
4. ESCRAVOS NO PAPEL: OS REGISTROS DA IGREJA E DA IMPRENSA

4.1 A cartografia dos castigos: forca, pelourinho e igreja

O ano não poderia ser mais propício para o surgimento da lenda. Era 1854, e as obras na Igreja das Dores estavam a todo vapor.¹⁰⁹ A pedra fundamental da paróquia foi lançada quase meio século antes, em 1807, data desde a qual a construção vinha se arrastando.¹¹⁰ Ainda levaria mais meio século para que a obra monumental fosse finalmente concluída. À época, no entanto, ninguém sabia disso, claro. Muito menos que as delongas abririam uma enorme e indesejável fresta para a superstição local.

Erguer uma igreja daquelas proporções não era tarefa fácil. Na primeira metade do século, a construção dependia exclusivamente dos esforços da irmandade que a fundara, a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores (em homenagem à sua padroeira) e de uma generosidade um tanto quanto sazonal dos fiéis mais pecuniosos e chegados à irmandade. Foi apenas na segunda metade do século, sobretudo após 1850, que a paróquia começou a receber incentivos do governo.¹¹¹

Figura 5: Igreja das Dores nas últimas décadas do século XIX



Fonte: A Igreja Nossa Senhora das Dores: Resumo Histórico (PAPEN, 1979, p. 21)

¹⁰⁹ Além dos relatos trazidos no resumo histórico padre C. J. Papen, foram consultados os livros de receitas e despesas do templo no período de 1850 e 1855. Os livros trazem recibos e relatórios do andamento das obras que possibilitam afirmar que 1854 foi de fato um ano de intensa movimentação na construção da Igreja Nossa Senhora das Dores.

¹¹⁰ PAPEN, Pe. C.J. A. A Igreja de Nossa Senhora das Dores - Resumo Histórico. Porto Alegre: Paróquia de N.S. das Dores, 1979.

¹¹¹ FRANCO, Sérgio Costa. Porto Alegre: Guia Histórico, 1988

Em uma publicação própria da paróquia, o padre C. J. Papen reuniu as principais informações históricas contidas no acervo do templo católico em um pequeno compêndio, *Igreja Nossa Senhora das Dores: Resumo Histórico*, lançado em 1979. Ao narrar a longa história da construção da Igreja das Dores, o padre Papen, apesar da sua forte conexão com a casa, não deixa de mencionar a lenda que já em seu tempo, e antes dele, habitavam a paróquia.

No que concerne à forca, o padre Papen afirma o mesmo que os historiadores de Porto Alegre já atestavam e comenta os rituais periódicos que envolviam o seu erguimento: “Pois bem”, escreveu, “junto a este símbolo da autonomia da cidade, deve ter ficado a forca, que não tinha uma localização permanente, mas era armada e desarmada em cima de um cadafalso, cada vez que havia lugar uma execução de criminosos.” Na sequência, parafraseia um trecho de *A fundação de Porto Alegre*, do escritor Augusto Porto Alegre:

“Muito poucos, talvez, recordar-se-ão hoje, da profecia de uma pobre escravo, levado à forca na capital (por uma patente perseguição) e que, no momento de subir as escadas fataes, exclamou que, se tivesse culpa, seu senhor havia de ver terminar as obras das Dores e se fosse padecer, estando inocente, nunca as veria, pois elas não terminariam, como um castigo do céu à crueldade por que iam-no fazem passar.” (PAPEN, 1979, p. 36)

O padre Papen também não se eximiu de falar do pelourinho, que não era, segundo ele e a definição que encontrou no Aurélio¹¹² de sua época, “outra coisa senão ‘uma coluna de pedra em praça ou sítio público e junto da qual se expunham e castigavam os criminosos’”. De acordo com o sacerdote, esse pelourinho situava-se “na faixa de praia, defronte a construção da Igreja das Dores”.

¹¹² A descrição trazida pelo padre Papen para descrever o pelourinho nos arredores da igreja foi retirada do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, do lexicógrafo e filólogo brasileiro Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, autor dos famosos *Aurélios* e *Mini-Aurélios*, que se tornaram sinônimos de dicionário de língua portuguesa no Brasil.

Figura 6: Planta da cidade de Porto Alegre em 1836 por L. P. Dias



Fonte: Biblioteca Nacional

Em uma das mais famosas plantas da cidade de Porto Alegre, cartografada por Luiz Pereira Dias em 1839, em plena Revolução Farroupilha¹¹³ (1835-1845), o pelourinho aparece exatamente onde a descrição do padre Papien sugere que ela ficava: na primeira rua, identificada no mapa com o número 1, referente à então Rua da Praia, diante do templo em construção para Nossa Senhora das Dores.

¹¹³ FIALHO, Daniela Marzola. A Planta de Porto Alegre de 1839: o mapa de uma cidade sitiada (2010)

Figura 7: Uma das punições que as leis do Império previam para os escravos era a de açoites



Fonte: Arquivo Nacional

Essa coluna de pedra, utilizada como instrumento de tortura contra os cativos, já aparecia em um mapa de 1833, desenvolvido por Tito Livo Zambecari e disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹¹⁴, reforçando a presença permanente e fixa – literalmente – dos monumentos de repressão a escravos nos arredores da Igreja das Dores, e sua conexão, ao menos geográfica, com os rituais de castigo e as execuções públicas.

Figura 8: Porto Alegre, 1833



Fonte: Biblioteca Nacional

¹¹⁴ Mapa de Porto Alegre 1833 - Tito Livo Zambecari. Original no Museo Del Risorgimento, Bologna, Itália. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – CD - Cartografia virtual histórico-urbana de Porto Alegre, 2006. Cópias Digitais.

Com o Largo da Força e o pelourinho em seus arrabaldes, o local de devoção ficava ainda mais próximo – não só geograficamente, mas também no imaginário popular – dos locais públicos de suplício e de morte. Com efeito, o próprio Papen reconhecia a eterna sombra que a força parecia ter projetado sobre o templo, mesmo mais de um século depois do último enforcamento, em 1857.¹¹⁵

Parece que ficou gravada para sempre na consciência do povo a silhueta do templo inacabado, sempre em construção durante um século, e na frente dele os sinistros contornos da força, como símbolo de maldição. Aliás, não era costume que os alunos das escolas, com suas mentes impressionáveis, assistissem a este espetáculo deprimente? (PAPEN, 1979, p. 36)

A conexão da Igreja Nossa Senhora das Dores com os escravos não se resumia, contudo, à sua proximidade geográfica com os monumentos de repressão a escravos, como a força e o pelourinho. A consulta aos documentos do acervo histórico do templo católico permite uma breve visualização do ponto de encontro entre a paróquia e os cativos ao longo do século que marcou a sua longa construção.

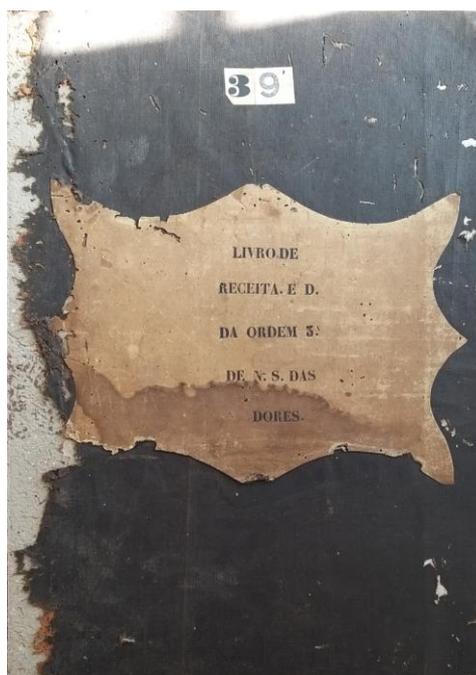
4.2 Os escravos na igreja

Embora nem os processos criminais do Arquivo Público do Estado, o compêndio do padre Papen ou a extensa bibliografia do historiador Sérgio da Costa Franco revelem, em nenhum trecho, uma conexão direta entre a igreja e as execuções, os registros paroquiais apresentam capítulos cruciais da relação que a irmandade da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores mantinha com os escravos. Se essa relação não configura o tão procurado “elemento perdido” entre templo e enforcamentos, lenda e História, representa, pelo menos, um componente crucial para a urdidura do pano de fundo histórico sobre o qual se desenvolve a narrativa da lenda de Josino e das torres malditas.

A investigação no acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores considerou as datas presentes nos processos criminais contra Manoel, escravo de Fermiano Pereira Soares – o nome mais próximo da origem de Josino encontrada pelo historiador Sérgio da Costa Franco –, para definir o intervalo de pesquisa. Delimitou-se, portanto, as décadas de 1840 e 1850 para as buscas nos registros paroquiais.

¹¹⁵ FRANCO, Sérgio da Costa (2008)

Figura 9: Livro de Receita e Despesa da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, nº 39



Fonte: Acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores

Os registros consultados pertencem ao acervo da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores. Entre os documentos acessados estão os livros de receitas e despesas¹¹⁶ do período entre 1852 e 1870 e o livro de dívidas da irmandade, que traz dados de 1848 a 1860. Além disso, tivemos acesso ao relatório final do acervo paroquial¹¹⁷ e a um dossiê histórico¹¹⁸ organizado em 2006 pelas historiadoras Naida Menezes e Maria Lúcia Streck, ambos elaborados a partir deste acervo.

Nos livros de receitas e despesas da paróquia no período compreendido entre 1853 e 1855, os dados mais relevantes para este trabalho certamente são os dispêndios relacionados ao trabalho dos escravos nas obras da igreja. Várias páginas dos livros de receita trazem menções aos cativos que entregavam sua força de trabalho à paróquia. Em um registro de 26

¹¹⁶ Igreja Nossa Senhora das Dores. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. 1º Livro de Dívidas dos Irmãos, 1848 a 1860, nº 23.

_____. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39

_____. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1853 a 1854, nº. 201.

_____. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1853 a 1854, nº. 202.

¹¹⁷ ZUCHETTI, Caroline. Relatório final: História da Igreja Nossa Senhora das Dores (no prelo). Acervo da paróquia Nossa Senhora das Dores.

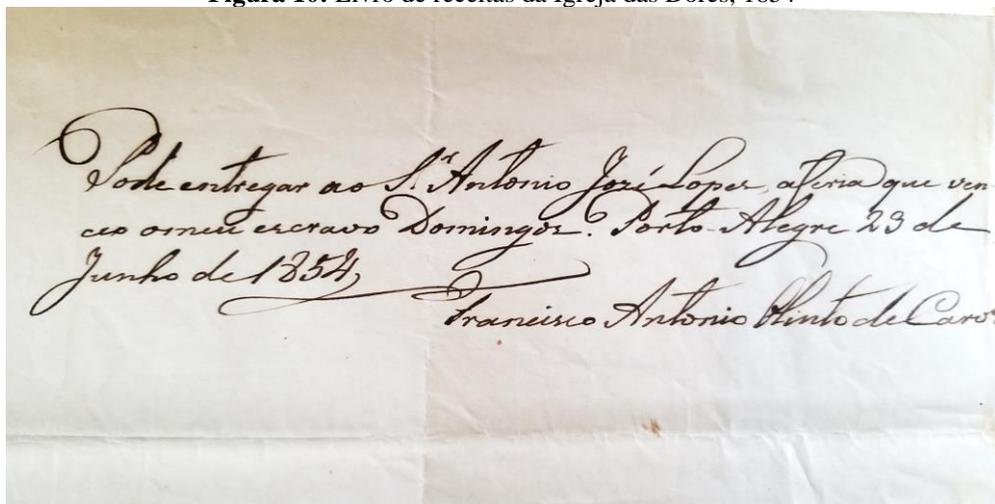
¹¹⁸ MENEZES, N., STRECK, M. L. Dossiê Histórico: Igreja Nossa Senhora das Dores. Partes I, II e III (no prelo). Porto Alegre, 2006.

de abril de 1845, por exemplo, é possível observar uma despesa “com fêria de operários” no valor de 66.460 réis com “escravos alugados”, conforme consta na página 63 do livro daquele ano:

26 de abril de 1845
[despesas, fl. 63]
Despendeu com fêria de operários.....66.460 réis
Idem com os escravos alugados para tirar pedra do rio para a praia.....[ilegível]
Idem com o administrador das obras da Igreja.....20.000 réis (Livro de Receita e Despesa da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1835 a 1853, n. 38)

Assim como a famosa versão da lenda das torres malditas prega que Josino, o escravo injustiçado de Domingos José Lopes, tinha sido alugado pela irmandade para as obras na igreja, os registros paroquiais mostram que a prática do aluguel de cativos, por parte dos senhores associados à Igreja das Dores, existia de fato e era bastante comum.

Figura 10: Livro de receitas da Igreja das Dores, 1854



Fonte: Acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores

Em várias páginas dos livros de receitas, é possível se deparar com trocas e despesas dessa natureza. Em uma anotação do ano de 1854 (ver *Figura 10*, acima), o tesoureiro registrou o seguinte pagamento a um senhor escravista: “Pode entregar ao Sr. Antônio José Lopes a fêria que venceu ao seu escravo Domingos. Porto Alegre, 29 de junho de 1854”.

A “fêria” paga aos escravos aparece constantemente nos registros das despesas da paróquia naquele período e referia-se ao pagamento pelas jornadas de trabalho dos cativos na construção da igreja. Recibos de despesas (ver *Figura 8*) registrados nas contas da igreja em 1º de março de 1855 reforçam a existência dessas relações de trabalho:

Hum official de pedreiro que trabalhou seis dias a 1.600

Hum servente de [mestre de obras] seis dias a 640

Jornaes pagos a escravo por capinar no interior e por fora da Igreja, trez escravos em trez dias a 640 [ilegível]

Dinheiro que se pagou a tres escravos para se lavar a igreja e [ilegível] dois dias e meio a 640 cada hum.

Porto Alegre, 1º de Março de 1855.

Jozé Lopes da Silva

(Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39)

Figura 11: Conta da despesa da Igreja das Dores, 1855

Conta da despesa feita com o concerto, no
 thado da Igreja de Nossa Senhora das Dores, e
 rebaguel de côro da mesma Igreja.

Hum Official de pedreiro que trabalhou
 seis dias a 1600# 9600
 Hum servente de ^{me} seis dias a 640 3840
 Jornaes pagos a escravos por capinam
 no interior, e por fora da Igreja, tres es-
 cravos em tres dias a 540# 1620
 Dinheiro que se pagou a tres escravos p.^o
 se lavar a Igreja, e consistencias dois di-
 as e meio a 640# cada hum 41800
 R\$ 24100.

Pto. A. 1.º de Março de 1855
 Jozé Lopes da Silva
 Recebido
 M. 1855

Fonte: Acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores

Esta e outras anotações semelhantes parecem ter motivado uma nota no dossiê histórico da Igreja das Dores¹¹⁹, que relata o “constante pagamento a pessoas que trabalharam na obra da igreja”, inferindo que “a participação de escravos deve ser relativizada” e que “a documentação” permitia a conclusão de que “a maioria dos trabalhadores não eram escravos”.

Tal afirmação parece ir de encontro a um entre os muitos registros no livro de receitas e despesas de 1857, que revelam a quem de fato eram destinados a maioria desses pagamentos: não aos escravos, mas aos seus patrões. No registro, o tesoureiro descreve a remuneração de

¹¹⁹ MENEZES, N., STRECK, M. (2006)

32 mil réis “ao Senhor do preto Matheus” pela pintura dos aposentos privados do bispo, e não ao cativo que executou o trabalho.

15 de fevereiro de 1857

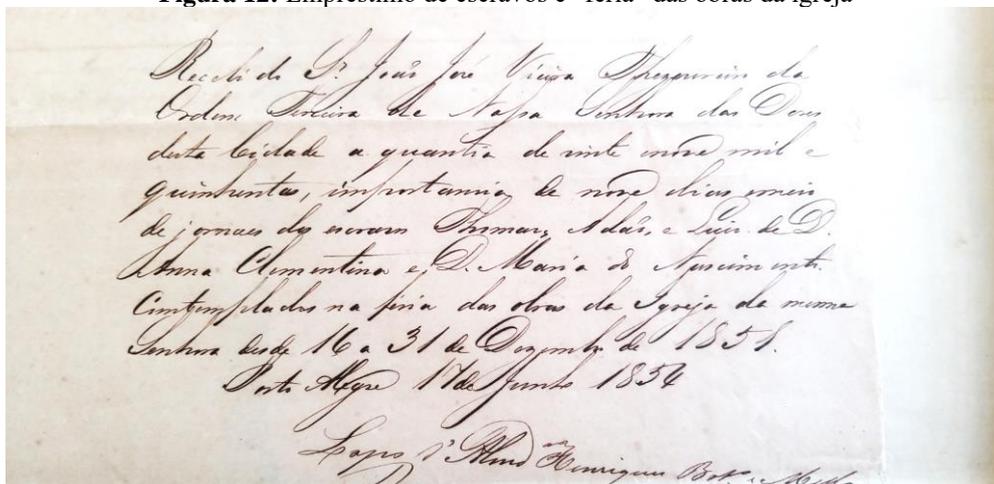
[Despesas, fl. 76]

[...] pagou ao Senhor do preto Matheus pela pintura que o mesmo fez no cômodo destinado para o Exmo. Sr. Bispo Diocesano... 32.000 réis

(Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39)

Esses registros asseguram a ocorrência frequente do empréstimo de escravos para as obras da paróquia. As historiadoras Maria Lúcia Streck e Naida Menezes, que organizaram o Dossiê Histórico da igreja, explicam, em outra nota, que “embora não constituíssem a base da mão-de-obra”, os dados encontrados nos livros paroquiais endossam “a tese da existência de trabalho escravo na construção da mesma”.

Figura 12: Empréstimo de escravos e “fêria” das obras da igreja



Recbi de Sr. João José Vieira Aguiar da
Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores
desta cidade a quantia de vinte mil e
quinhentas, importando de nove dias e meio
de jornas de escravos Thomaz, Adão, e Luiz de D.
Anna Clementina e D. Maria d. Assis etc.
Contempladas na fêria das obras da Igreja de mesma
Ordem desta C. a 31 de Dezembro de 1857.
Porto Alegre 15 de Fevereiro 1857
Lopo de Almeida Henriques Bispo de Porto Alegre

Fonte: Acervo da Igreja das Dores

4.3 Domingos: o famoso (e real) senhor de Josino

Como já nos exaurimos de dizer nos capítulos anteriores, Domingos José Lopes, personagem real da história da Igreja das Dores e da Porto Alegre dos oitocentos¹²⁰, ficou famoso por ser o suposto proprietário de Josino, o escravo “que tentou contra a existência do Senhor”¹²¹ e encontrou o destino na forca. Também já dissemos, sob a luz das investigações de Sérgio da Costa Franco, que Domingos era um conhecido comerciante da Rua da Praia. A

¹²⁰ FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Divisão de Cultura, [Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura], 1962, 150p.

¹²¹ PORTO ALEGRE apud FRANCO (2015)

novidade aqui são os rastros que essa importante figura da lenda local deixou no principal cenário da crônica das torres malditas, a Igreja das Dores.

Em nossa busca exasperada por um “elemento perdido” entre lenda e fato, capaz de afirmar como realidade o que até então se considera mera obra da imaginação popular, o foco das pesquisas nos conduz com tamanha força para a figura do escravo – um réu injustiçado condenado, mas vingado por divina providência por ação de uma maldição centenária –, que quase nos esquecemos de olhar *justamente* para o personagem comum aos dois mundos, o lendário e o real. Domingos José Lopes é esse personagem elementar, conectivo, fronteiriço, que flana livremente entre os territórios da lenda e da História.

Não foi por acaso que Domingos José Lopes se tornou parte da lenda. Isso porque ele também era parte fundamental da história da Igreja das Dores. Com efeito, o acervo da paróquia foi precioso para consagrá-lo não somente como um frequentador assíduo da paróquia no início da segunda metade do século 19, mas principalmente como um de seus benfeitores.

Aliás, foi Domingos que assumiu a função de prior do templo, em 1862, depois que o político e comerciante Lopo Gonçalves deixou o cargo. Nos livros do mesmo ano consta o registro do pagamento da joia¹²² em seu nome – joia era a quantia que costumava ser paga pelos fiéis que desejavam se associar à irmandade de Nossa Senhora das Dores.

24 de julho de 1862

[Receitas, fl. 148 v]

Recebido do Irmão Procurador Geral Antonio Álvaro de Araújo desde 3 de maio de 1862 até 24 de julho do dito ano de jóias, anuais e também como abaixo se declara e consta do documento sob o nº. 6

Jóia do Prior Domingos José Lopes, de 1862... 100.000 réis

Idem da Priora, a Baronesa de Porto Alegre... 100.000 réis

(Livro de Receitas e Despesas da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39)

Aqui, inclusive, peço permissão para abrir um breve – mas interessante – parêntese sobre as jóias da Igreja das Dores. Elas aparecem o tempo todo nos arquivos financeiros da paróquia, em praticamente todos os livros, uma vez que consistiam numa espécie de mensalidade ou anuidade paga pelos fiéis. Nos relatórios das receitas do final da década de 1840, encontramos o registro de algumas dessas jóias, pagas por membros da irmandade:

A Irmã D. Anna M^a. da S^a. Barros,

mulher do Irmão Sebastião Per^a. de Barros [...]

Importância da sua Joia de Mordoma que servio no anno de 1848

(Igreja Nossa Senhora das Dores. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. 1º Livro de Dívidas dos Irmãos, 1848 a 1860, nº 23.)

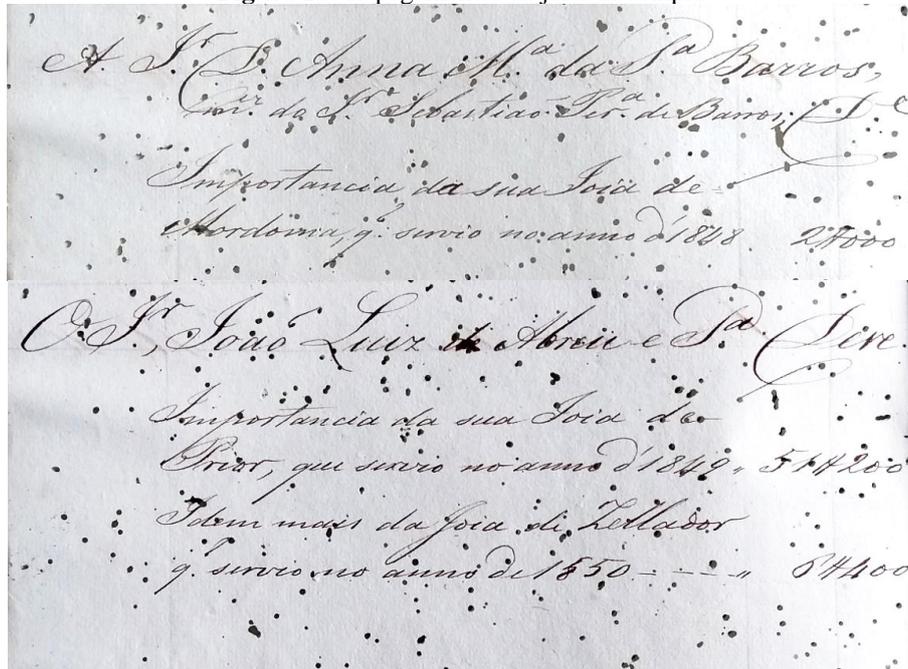
O Irmão João Luiz de Abreu e Irmã [...]

Importância da sua Joia de Prior, que servio no anno de 1849.

Idem mais da Joia de [...]

(Igreja Nossa Senhora das Dores. Porto Alegre - Rio Grande do Sul. 1º Livro de Dívidas dos Irmãos, 1848 a 1860, nº 23.)

Figura 13: os pagamentos de joias ao templo



Fonte: Acervo da Igreja das Dores

O que mais aguça a curiosidade sobre as joias recebidas pela Igreja das Dores de seus priores, mordomos e outros irmãos pertencentes à Ordem é precisamente a sua coincidência com uma das versões da lenda das torres malditas – a mesma que a professora Sylvie Dion trouxe em seu estudos sobre as lendas do Rio Grande do Sul¹²³ e na qual o escritor Afonso Morais parece ter se inspirado ao escrever o seu romance¹²⁴: de que o item roubado por Josino teria sido uma joia preciosa, que adornava a imagem de Nossa Senhora das Dores.

Coincidência ou não, fato é que não há arcabouço bibliográfico suficiente para afirmar que a joia preciosa da lenda é originária da joia anual paga à época pelos membros da Igreja Nossa Senhora das Dores (o que não torna essa possibilidade menos curiosa). Os múltiplos significados da palavra justificariam, assim, a confusão que levou à origem desta versão. Afinal de contas, como o próprio Sérgio da Costa Franco comentou ao estudar o caso do famoso

¹²³ DION, 2020

¹²⁴ FRANCO (2015); PAPEN (1979).

escravo de Domingos, “a tradição oral comete seus pecados” e esta seria indubitavelmente uma confusão compreensível. Por ora, entretanto, discutível.

Encerrado o parêntese acerca da joia, destacamos outro trecho do acervo em que Domingos José Lopes aparece identificado – sobretudo na década de 1860, quando da sua participação como prior. A contribuição dele para o erguimento de um muro na praça em frente à igreja aparece entre as despesas do mês de fevereiro do ano homônimo:

23 de fevereiro de 1860
[fl. 129] – Despesa
Despesa feita com a fatura [sic] do paredão da praça em frente à Igreja, conforme os documentos seguintes:
[...] fêria a **Domingos José Lopes** por 4 barcadas de pedra para a mesma obra...
160.000 réis (nº32) [...]
(Livro de Receitas e Despesas da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39)

Essas aparições frequentes do nome de Domingos nos livros paroquiais reforçam a sua imagem como benfeitor das obras, elevando-o de mero partícipe da irmandade e do passado do templo a um relevante personagem de sua história, no centro dos acontecimentos que originariam a lenda das torres.

Além disso, de acordo com o Dossiê Histórico do templo, o abastado senhor de escravos da Rua da Praia teve vários de seus cativos “enterrados através da irmandade das Dores”,¹²⁵ informação que estreita ainda mais o triângulo formado por Domingos, a igreja e os escravos.

Contudo, em seu inventário de morte (Anexo 1), oficializado no então Cartório de Órphaos de Porto Alegre e encontrado no Arquivo Público do Estado pelas historiadoras Maria Lúcia Streck e Naida Menezes, não constam entre as dezenas de escravos nem o nome de Josino (de quem, de fato, não parece haver registros) e tampouco de Manoel, em virtude de este ter pertencido, em verdade, ao cunhado de Domingos, Fermiano Pereira Soares, como Franco há muito esclareceu em seu estudo sobre os 22 enforcados.

4.4 Os negros na imprensa oitocentista

Antes de embarcar em nossa busca pela sombria lenda de Josino, uma pergunta não parava de martelar: a imprensa oitocentista noticiou as execuções de escravos? Se os cortejos dos condenados partiam da cadeia, atravessavam a Rua da Praia e terminavam no patíbulo no

¹²⁵ MENEZES, N., STRECK, M. L. (2006)

Largo da Forca, como esses espetáculos de sangue em praça pública poderiam passar em branco nas páginas dos periódicos da época?

Até o início da fase de pesquisa em jornais, realizada no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, no centro de Porto Alegre, parecia infalível que encontraríamos, nas publicações de periódicos da época lançadas imediatamente após as datas de execuções no Largo da Forca, tremendas e alarmantes manchetes sobre os rituais de derradeira punição que se desenvolveram ali, em plena luz do dia, em meio à turba de porto-alegrenses. Mas se há uma característica que o Jornalismo e a História parecem compartilhar, é que nem sempre se acha o que se procura – o que tampouco significa que se possa bater o martelo sobre o assunto apenas pelo fato de não encontrar o que se buscava.

Em primeiro lugar, a expectativa de encontrar os enforcamentos de escravos, apregoados em letras garrafais nos periódicos de Porto Alegre é, antes de mais nada, um anacronismo. Isso porque os periódicos consultados – *O Mercantil* e o *Correio do Sul* da década de 1850 –, assim como boa parte dos jornais que circulavam naquele período, tinham uma estrutura gráfica muito diferente da que temos hoje, com manchetes chamativas e *grids* bem definidos. Exceto pelas páginas de anúncios, as notícias eram impressas numa sequência direta, parágrafo após parágrafo, sem respiros de impressão ou tipografias em negrito para destacar onde uma notícia terminava e outra começava.

Outro anacronismo inescapável dessa expectativa foi justamente esperar da sociedade oitocentista o mesmo tipo de choque que se derramaria sobre a nossa atualmente. As execuções geravam, sim, comoção pública, como Franco (2008) e Augusto Porto Alegre (1906) enfatizaram em vários momentos. Parece, contudo, que essa comoção não justificava o alarme noticioso que provavelmente se desdobraria nos dias de hoje, o que pode ser explicado pela periodicidade e pelo estágio, ainda incipiente, de consolidação da imprensa em Porto Alegre na época. O primeiro jornal a circular em Porto Alegre, e também no Rio Grande do Sul, então província, foi o *Diário de Porto Alegre*, lançado somente em 1827.¹²⁶

Em segundo lugar, a busca pelos enforcamentos nas páginas dos jornais ou qualquer resquício da lenda de Josino se mostrou igualmente infrutífera uma vez que absolutamente nada sobre eles foi encontrado nos periódicos dos anos 1850 disponíveis no acervo do Museu Hipólito da Costa. De modo algum isso significa que *não tenham havido* publicações a respeito

¹²⁶ STRELOW, A. GRUSZYNSKI, A. HOHLFELDT, A. *Diário de Porto Alegre: apontamentos históricos sobre o primeiro jornal do Rio Grande do Sul*. Alcar Sul, 2018.

na época; neste ínterim, significa apenas que publicações concernentes às execuções ou à lenda de Josino não foram encontradas *através deste trabalho*.

Sabemos, por exemplo, que as execuções públicas não passaram despercebidas por nomes ilustres da literatura e da história local. Os episódios foram rememorados ainda na segunda metade do oitocentos pelo cronista Aquiles Porto Alegre, fundador do antigo Jornal do Commercio (1864-1911), e, na virada do século, por seu filho, Augusto Porto Alegre, que também contribuiu para resgatar a memória dos enforcamentos.

Além disso, ao estudar os periódicos oitocentistas, não podemos conferir a eles o mesmo grau de confiança ou credibilidade que daríamos à imprensa tradicional de hoje, da qual se espera que veicule somente notícias verificadas e se debruce incansavelmente à devida checagem dos acontecimentos reportados. O fato de se constituírem como importantes registros da palavra escrita não torna os jornais do oitocentos antítese da tradição oral. Ao contrário, esses veículos frequentemente foram interlocutores de informações não verificadas, com vasta margem para rumores – característica que pode ser percebida no estilo textual da época, com o emprego de expressões como “corre por aí”, “ouviu-se dizer” e outras variações. Os periódicos oitocentistas eram *parte* do circuito do boato, aliás, parte expressiva, devido à natureza da sua distribuição. A cultura oral, portanto, tão presente no gênero narrativo das lendas, apresentava-se à época como uma das bases da imprensa do século XIX.

Assim, o que encontramos nesses periódicos – e vale ressaltar que o mesmo ou semelhante outros historiadores já haviam encontrado e estudado a fundo¹²⁷ – foi o espaço preponderante que os negros da velha Porto Alegre ocupavam nos periódicos dos anos 1850: as páginas de anúncio. Embora pouco ou absolutamente nada se revele sobre a origem da lenda de Josino, o resumo da presença da população negra da capital aos reclames dos jornais assevera e acentua as agruras da vida dos escravos. Essa inclemente realidade, por sua vez, é que cada vez mais parece ter sido um dos mais contundentes elementos originários do conto trágico de Josino.

¹²⁷ Esse assunto já foi tema, por exemplo, da dissertação de mestrado de Ana Bastos (2007), da Universidade Federal de Pernambuco, que se dedicou a estudar, entre outras coisas, as estratégias discursivas presentes nos anúncios de escravos entre 1853 e 1855, e também de um artigo de 2006 da historiadora Marcia Amantino para a Revista Locus, no qual analisa o perfil de escravos fugitivos na cidade de Ouro Preto no período de 1825 a 1832, com base nos anúncios do jornal *O Universal*.

4.4.1 As aparições dos escravos no Correio do Sul e n'O Mercantil

O *Correio do Sul* começou a circular em Porto Alegre em 14 de outubro de 1852, em quatro páginas editadas pelo jornalista e político Felipe de Oliveira Nery¹²⁸. Em *Porto Alegre: Guia Histórico* (1988), Sérgio da Costa Franco explica que o periódico foi “publicado de maneira intermitente” entre os anos de 1852 e 1880, tendo passado por um período de inatividade e retornado no ano de 1865. Em sua última fase, que teve início e fim no ano de 1880, o *Correio do Sul* foi dirigido por João Pinto da Fonseca Guimarães. *O Mercantil*, por sua vez, foi publicado na capital da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1849 e 1865, dirigido inicialmente por João José de Farias Vilasboas e, mais tarde, por José Cândido Gomes (1851-1860) e Félix da Cunha (1860-1865). (FRANCO, 1988, p. 125)

No Museu da Comunicação Hipólito da Costa, buscamos por edições publicadas na década de 1850, à qual se atribui a primeira fagulha da lenda do escravo Josino. Infelizmente, não havia disponível no acervo qualquer publicação destes (ou de outros periódicos) para o ano de 1854, quando da execução de Manoel, escravo de Fermiano, cunhado de Domingos José Lopes. Tampouco encontrou-se menções a registros da imprensa local nos textos da bibliografia que compõe este trabalho.

No que concerne, porém, aos últimos enforcamentos legais em solo porto-alegrense, consumados no dia 3 de novembro de 1857, sabe-se que estes sim ganharam espaço nos impressos locais. Em *A Velha Porto Alegre* (2015), Franco comenta que naquela época “a cidade já possuía até revista literária, no caso *O Guayba*, que, em sua edição dominical de 8 de novembro dedicou uma crônica ao episódio dos enforcamentos”. (FRANCO, 2015, p. 52)

O historiador, inclusive, destaca um trecho dessa crônica:

“[...] Mas entretanto muita gente que não sabe o que é a vida para saber tremer diante da ideia do extermínio, rodeava no outro dia o cadafalso, onde a eternidade desenvolvendo a sua imensa fauce abria o seio da paz para receber 3 vítimas. E todos transidos de dor assistiam a esse espetáculo de verdadeiro estrangulamento: não é pena morrer quando se é nocivo à sociedade, mas é pena encarar por dez minutos o combate entre a vida e a morte, e ver um quase cadáver libar a última gota do seu arrependimento.” (O Guayba, 08/11/1857, apud FRANCO, 2015)

Assim, em virtude de não terem sido encontrados exemplares para o ano de 1854, consultamos as edições disponíveis no Museu Hipólito da Costa para *O Mercantil* e *O Correio do Sul*, principais veículos de Porto Alegre na década de 1850, época em que a imprensa ainda

¹²⁸ FRANCO, 1988, p. 125

era incipiente na capital e na província. A edição de sábado de *O Mercantil* foi publicada 20 de novembro de 1852, enquanto as publicações do *Correio do Sul* datam de 25 e 27 de novembro e 29, 30 e 31 de dezembro do mesmo ano.

Figura 14: Capas dos jornais *O Mercantil* e *Correio do Sul*, 1852

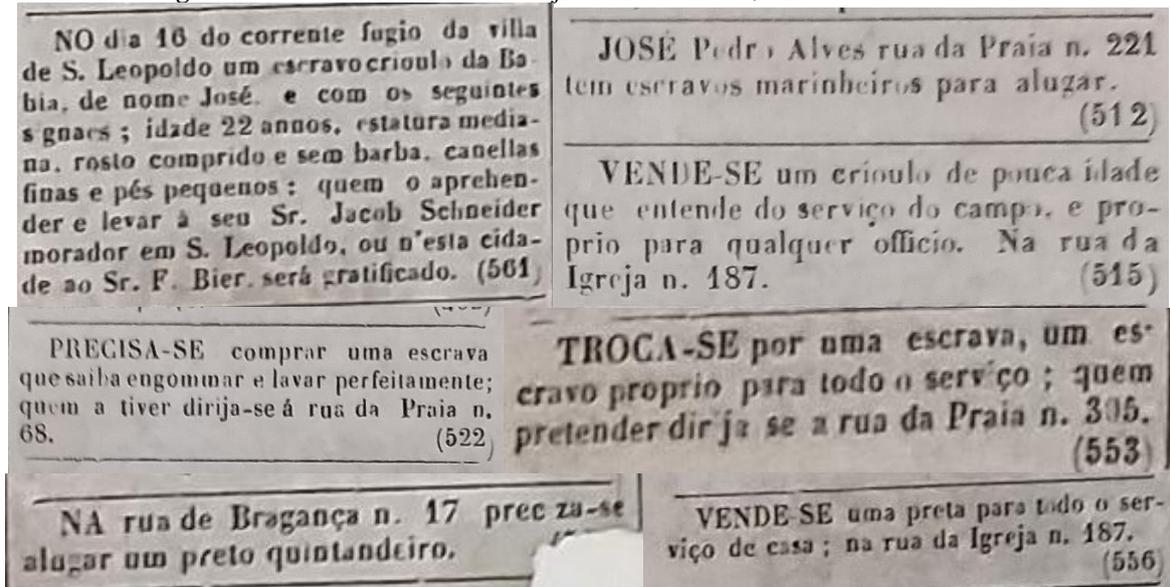


Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Na edição de 20 de novembro de 1852 de *O Mercantil*, a página de reclames somava nove anúncios de cativos, entre ofertas de compra, venda, troca, aluguel e recompensa por escravos fugidos. “Vende-se um crioulo de pouca idade que entende do serviço de campo”, diz um dos anúncios. Outro oferece a troca de uma escrava por um cativo do sexo masculino “próprio para todo serviço”. Anúncios de “procura-se” também marcavam as páginas d’*O Mercantil*, descrevendo a fisionomia dos escravos que haviam fugido:

No dia 16 do corrente fugio de villa de S. Leopoldo um escravo crioulo da Bahia, de nome José e com os seguintes signaes; idade 22 annos, estatura mediana, rosto comprido e sem barba, canleas finas e pés pequenos: quem o aprehender e levar à seu Sr. Jacob Schneider [...] será gratificado. (*O Mercantil*, 20/11/1852, Museu da Comunicação Hipólito da Costa)

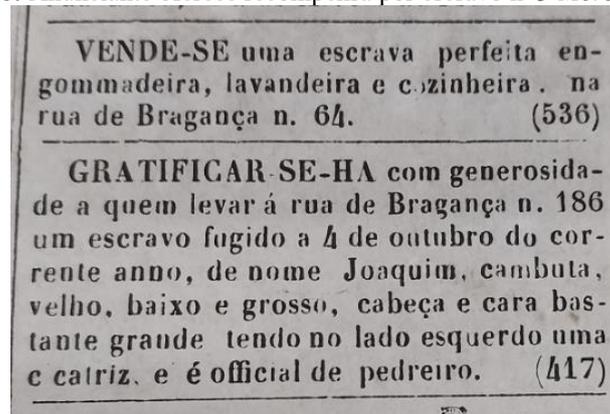
Figura 15: Anúncios de escravos no jornal *O Mercantil*, 20 de novembro de 1852



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Outra nota de “procura-se” chama a atenção na página de anunciantes d’*O Mercantil* na mesma data. Neste anúncio, uma gratificação “com generosidade” é oferecida a quem levasse “à rua de Bragança n. 186 um escravo fugido a 4 de outubro” daquele ano. Joaquim, o escravo em questão, é descrito como “cambuta, velho, baixo e grosso, cabeça e cara bastante grande tendo no lado esquerdo uma catriz”. Joaquim era oficial de pedreiro.

Figura 16: Anunciante oferece recompensa por escravo n’*O Mercantil*, 1852



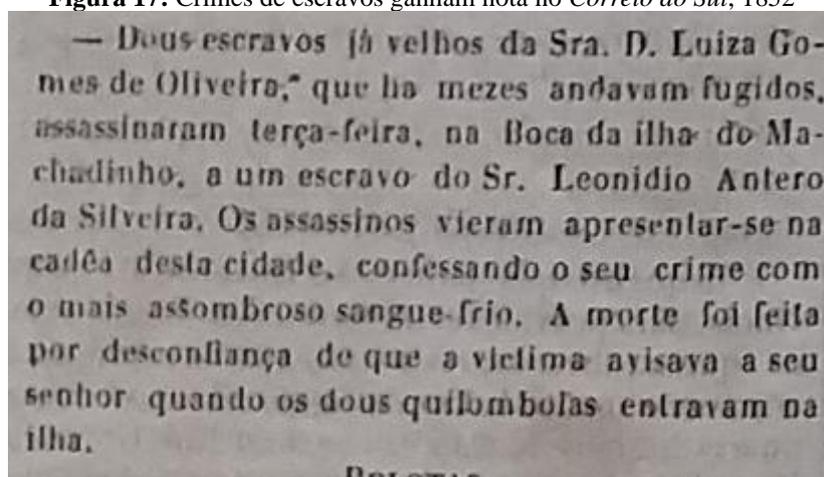
Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

O valor contextualizador deste anúncio é imensurável. Em poucas linhas, é possível capturar pelo menos três importantes aspectos comuns aos escravos da Porto Alegre do oitocentos – e, por conseguinte, ao próprio e lendário Josino: (1) compartilham o ofício de construtores, (2) a imposição dos castigos físicos – que podemos supor a partir da descrição da cicatriz “no lado esquerdo” da cabeça – e (3) a perseguição pela classe dominante, formada

pelos senhores escravistas e pelas instituições que compunham a sociedade, como o Estado, no caso das execuções, e a imprensa, na medida em que reproduzia os anúncios. e provavelmente até obtinha algum lucro com eles.

Os anúncios presentes nas edições de dezembro do *Correio do Sul* são semelhantes aos que encontramos n' *O Mercantil*. Na edição do *Correio* do dia 25 de novembro de 1852, uma quinta-feira, os negros não aparecem somente na página comercial do jornal. Entre notícias da Corte imperial, relatos das assembleias provinciais e as chegadas e partidas dos vapores, dois quilombolas protagonizam uma nota policial como os culpados pelo assassinato de outro cativo, ocorrido na Boca da Ilha do Machadinho. A nota afirma que eles confessaram o crime “com o mais assombroso sangue-frio”. As breves aparições da classe dos escravos na imprensa oitocentista, assim, resumiam os cativos ao seu valor de mercado e às suas inclinações para a frieza e a criminalidade.

Figura 17: Crimes de escravos ganham nota no *Correio do Sul*, 1852

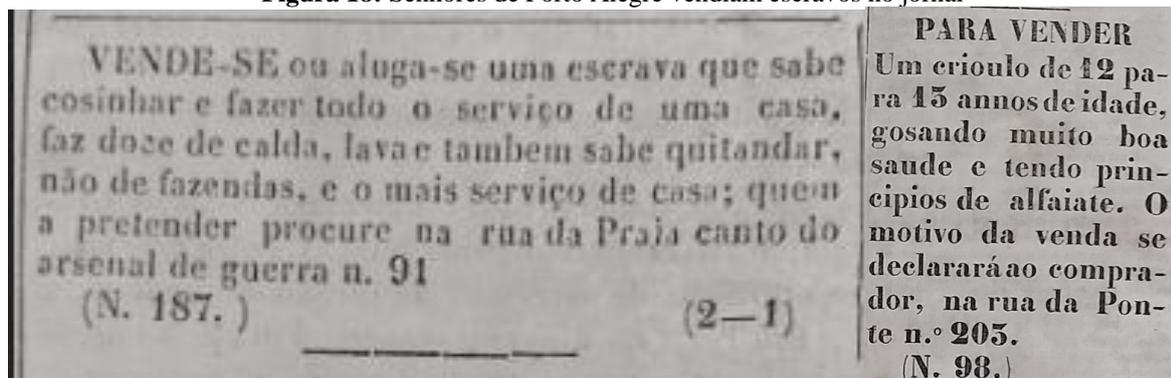


— Dous escravos já velhos da Sra. D. Luiza Gomes de Oliveira,* que ha mezes andavam fugidos, assassinaram terça-feira, na Boca da ilha do Machadinho, a um escravo do Sr. Leonidio Antero da Silveira. Os assassinos vieram apresentar-se na cadeia desta cidade, confessando o seu crime com o mais assombroso sangue-frio. A morte foi feita por desconfiança de que a vítima avisava a seu senhor quando os dous quilombolas entravam na ilha.

Fonte: *Correio do Sul*, 25 de novembro de 1852

Além das questões que envolvem o significado de ser um escravo em Porto Alegre na década de 1850, o *Correio do Sul* e *O Mercantil* ajudam a cartografar os pontos de maior concentração da vida servil. Esse atravessamento geográfico é percebido por meio da repetição dos nomes de algumas ruas, que são igualmente recorrentes em ambos os periódicos. Entre elas, aparecem as ruas de Bragança, da Igreja, da Ponte, do Rosário e, sobretudo, a Rua da Praia.

Figura 18: Senhores de Porto Alegre vendiam escravos no jornal



Fonte: Correio do Sul, 1852

Percurso dos cortejos, chão do pelourinho e da Igreja Nossa Senhora das Dores e caminho incontornável para o sombrio Largo da Forca, a Rua da Praia concentra o maior número de menções nos anúncios de jornal que envolviam as transações dos senhores de escravos. Assim, a famosa rua se constituiu pública e reconhecidamente como um dos principais polos de concentração do comércio de mão-de-obra negra. Mas, principalmente, e muito além disso, como consequência inata das crônicas da escravidão que se desenvolviam ali, no coração da Porto Alegre oitocentista, como referência aos porto-alegrenses de um núcleo urbano movimentado diariamente pelo trabalho escravo e por todos os sistemas de perseguição, repressão e castigo que lhe eram inerentes, o cenário perfeito para a lenda de um escravo condenado, vingativo e amaldiçoador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mergulho chegou ao fim. Através das páginas deste ensaio, submergimos na Porto Alegre do século XIX e nos aprofundamos nos aspectos históricos que ajudaram a contextualizar e compreender os elementos narrativos presentes na lenda do escravo Josino. Após a imersão, que conclusões vêm à tona?

Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, estudamos a estrutura narrativa da lenda, urdimos o pano de fundo histórico que abriu caminho para a sua difusão e analisamos os documentos históricos que registraram a presença dos escravos na Porto Alegre do oitocentos, na imprensa local da época e no conto trágico de Josino. Nossa breve investigação em busca da lenda do escravo apresentou diversas visualizações possíveis da dimensão desta lenda urbana em seu contexto de produção oral e escrita.

A primeira visualização se deu indubitavelmente a partir do estudo da estrutura narrativa de comunicação urbana, por meio da conceituação das lendas enquanto gênero comunicacional e de suas formas de narrar, bem como através de seus traços característicos – instabilidade, implicação, negatividade e atribuição –, cada qual presente em maior ou menor grau na lenda de Josino. Tudo isso contribuiu para a sua reafirmação, teórica, como uma típica lenda urbana.

Uma segunda visualização possível para a dimensão da narrativa pôde ser observada por meio dos elementos verossímeis que a constituem – a escravidão, os castigos físicos, a compulsória vida servil, as leis penais rigorosas contra os cativos, as execuções em praça pública e, sobretudo, os lugares e os personagens *reais* que compunham a lenda, como a Igreja Nossa Senhora das Dores, o Largo da Força e o senhor de escravos Domingos José Lopes. Esse conjunto de cenários, conflitos e personagens, que por quase dois séculos avultaram as múltiplas versões da lenda de Josino, constituiu-se na bússola crucial que deu os rumos para a investigação e a urdidura da contextualização histórica e social. Assim, a apuração documental e bibliográfica permitiu, até certo grau, separar os elementos factuais, verídicos e comprováveis, perante os elementos propriamente “lendários”.

Os registros aos quais tivemos acesso no acervo da Igreja Nossa Senhora das Dores, bem como os periódicos consultados no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, ofereceram um panorama reafirmativo da condição servil e comercial à qual os escravos costumavam ser resumidos no núcleo urbano ao longo do século XIX. Enquanto os livros paroquiais subsidiaram uma visualização muito nítida de uma igreja em “eterna” construção, com a mão-de-obra dos cativos movimentando, por muitos anos, as crônicas de seu erguimento,

os jornais da jovem imprensa de Porto Alegre e suas páginas de reclames apinhadas de anúncios de escravos para vender, comprar, trocar, alugar e caçar consagram a provinciana capital – e sobretudo a Rua da Praia, endereço da Igreja das Dores, do Largo da Força e do pelourinho – como um inquestionável polo da escravatura e dos castigos e repressões inerentes a este sistema.

Através desta extensa gama de conexões históricas, geográficas, sociais, identitárias e narrativas, “costuramos” os elementos – reais e fantásticos – da breve odisséia de Josino ao cadafalso. Assim, foi possível compreender o quanto as lendas podem ser carregadas de verdade e de História – aquela com H maiúsculo que mencionamos nas primeiras linhas deste trabalho. Mas, principalmente, conseguimos perceber o potencial comunicacional dessas narrativas, que, por meio da tradição oral, são capazes de se confundir com a realidade, provocar arroubo, comoção e assombro, atravessar séculos e fronteiras e viajar no tempo-espço se reproduzindo, se adaptando e se transformando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. B. & RODRIGUES, J. B. (2013). **Cultura Negra: A abordagem da história do negro na cidade de Porto Alegre**. Revista Latino-Americana de História, vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013, 2(6), 342–355.

ALVAREZ, Marcos César. **A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais** / Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002, pp. 677 a 704.

AMANTINO, M. **Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” - 1825 a 1832**. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20642>. Acesso em: 29 abr.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835)**. Tempo, Niterói, v. 23, n. 2, p. 264-289, maio de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042017000200264&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de maio de 2021.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha**, Porto Alegre, 1986, p. 27-28, 61-62.)

BASTOS, A. K. P. H.; CARVALHO, N. M. **O léxico dos anúncios de escravos nos jornais do Recife do século XIX (1853-1855)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

BRASIL. **Leis e Decretos. Lei nº 4, de 10 de junho de 1835**. In: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1835. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864. p. 5-6.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **A condição jurídica criminal do escravo no Império do Brasil: um estudo a partir de Castro, província do Paraná (1850-1888)** / Liliam Ferraresi Brighente; orientador: Luís Fernando Lopes Pereira. – Curitiba, 2019. 508 p.

BRUNVAND, J. H. **Encyclopedia of urban legends, updated and expanded edition**, Volume 1: A–L and Volume 2: M–Z. Santa Barbara, California, ABC-CLIO: 2012.

_____, J. H. **Too good to be true: the colossal book of urban legends**. W. W. Norton & Company, New York: 1999.

Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite. **"Coruja: o primeiro cronista de Porto Alegre"**. Observatório da Imprensa, 19 de outubro de 2016. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/coruja-o-primeiro-cronista-de-porto-alegre/>> Acesso em janeiro de 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril : cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

COLERIDGE, Samuel Taylor. **Biographia Literaria**, Chapter XIV, 1817. Acesso em 24 de abril de 2021. Disponível em: <<https://web.english.upenn.edu/~mgamer/Etexts/biographia.html>>

CORUJA, Antonio Álvares Pereira. **Antigualhas. Reminiscências de Porto alegre**. Typ. do Jornal do Commercio, Porto Alegre, 1881. p. 12-14.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**; tradução de Sandra G. T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999. p. 84-94

DIAS, L. P. **Planta da cidade de Porto-Allegre: com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 de junho de 1836**. Porto Alegre: Lith. Vr. Larée, 1839. 1 planta, 52 x 48,5cm em f. 79,5 x 52. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart493880/cart493880.jpg

DION, Sylvie. **Lendas populares do Rio Grande do Sul**. Cadernos Literários, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 33–46, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/11260>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____, Sylvie. A lenda urbana: um gênero narrativo de grande mobilidade cultural. Boitatá, Londrina, ago-dez, 2008.

FIALHO, Daniela Marzola. **A Planta de Porto Alegre de 1839: o mapa de uma cidade sitiada**. 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo: abril de 2010. Acesso em 10/04/2021. Disponível em: <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/daniela-marzola.pdf>

_____, Daniela Marzola. **Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Número 7, 12 de março de 2007. Acesso em 10/04/2021. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document3698.html>

FILHO, Coruja. **Datas Rio-Grandenses**. Editora Globo: 1962.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FORTINI, Archymedes. **Pôrto Alegre através dos tempos**. Divisão de Cultura, [Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura], 1962, 150p.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**, 3ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

_____, Sérgio da Costa. **A Velha Porto Alegre – 2ª edição**, Porto Alegre: Edigal, 2015.

GUIMARÃES, Eliana Silva. **Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais – Juiz de Fora, século XIX**. Justiça & História, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, p. 73-105, 2001.

Igreja Nossa Senhora das Dores. **1º Livro de Dívidas dos Irmãos, 1848 a 1860, nº 23**.

_____. **Livro de Receitas e Despesas da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1852 a 1870, nº. 39**.

_____. **Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1853 a 1854, nº. 201**.

_____. **Livro de Receitas e Despesas da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, 1853 a 1854, nº. 202.**

JORNAL do Almoço: Especial #PortoemFesta. Vários apresentadores. Porto Alegre: RBS TV RS, 28 mar. 2015, 12h. Duração 120 min. Reportagem de Rosane Marchetti. Acesso em fevereiro de 2021. Disponível em:<<https://globoplay.globo.com/v/4068568/?s=0s>>

KRIPKA, R. M. L., SCHELLER, M., BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de investigaciones UNAD. volume 14, número 2, julho-dezembro, 2015.

LUCIAN. **True History.** Tradução [em inglês] de Francis Hickers, 1902.

MELO, C. R. **A Igreja de Nossa Senhora das Dores: a trajetória histórica e cultural para a constituição de seu espaço museal.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST, vol. 4, nº 1, 2011, p. 173.

MENEZES, N., STRECK, M. L. **Dossiê Histórico: Igreja Nossa Senhora das Dores.** Partes I, II e III (no prelo). Porto Alegre, 2006.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade** / Charles Monteiro - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, 550P. - (Coleção nova et vetera; 10)

PAPEN, Pe. C. J. **A Igreja de Nossa Senhora das Dores. Resumo Histórico.** Porto Alegre: Publicação da Paróquia de N. Sra. das Dores, 1979, p. 20-21

RADUNZ, Roberto, VOGT, Olgário P. **A mais severa e exemplar punição: o rito processual contra o Preto Ricardo.** MÉTIS: história & cultura – v. 9, n. 17, p. 181-200, jan./jun. 2010

RENARD, Jean-Bruno. **Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas.** In: Revista. FAMECOS. Porto Alegre, n.32, p. 97-104, abr. 2007.

Ricardo Westin, **"Jornal de Alagoas narrou em detalhes última pena de morte executada no Brasil"**, Agência Senado, 4 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/04/jornal-de-alagoas-narrou-em-detalhes-ultima-pena-de-morte-executada-no-brasil>> Acesso em março de 2021.

_____. **"Jornal de Alagoas narrou em detalhes última pena de morte executada no Brasil"**, Agência Senado, 4 de abril de 2016.

_____. **"Império usou a força para conter escravos assassinos"**. Agência Senado, 4 de abril de 2016.

SANTOS, A. C. **A Lei da Pena de Morte: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial.** Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 42, jun. 2010

SPONHOLZ, Liriam. **O que é mesmo um fato? Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009.

STORCH, Robert D. **O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, set. 1984/abr. 1985.

STRELOW, A. GRUZYNSKI, A. HOHLFELDT, A. **Diário de Porto Alegre: apontamentos históricos sobre o primeiro jornal do Rio Grande do Sul**. Alcar Sul, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **As teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

VOGT, O. P.; RADÜNZ, R. **Condenados à morte natural: o rito processual contra os escravos Leopoldo e Rodolpho em 1828/1829**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 5, n. 10, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10535>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ZUCHETTI, Caroline. **Relatório final: História da Igreja Nossa Senhora das Dores** (no prelo). Acervo da paróquia Nossa Senhora das Dores.

ANEXOS

Anexo 1

As obras da Igreja Nossa Senhora das Dores¹²⁹

A conclusão da nave da igreja

No fim da década de 1850, as obras do corpo da igreja foram reformadas e, em julho de 1860, a obra da frente estava na altura do pavimento do coro e foram colocadas as imponentes portadas de frontispício, feitas de cantarias de granito que vieram do Rio de Janeiro. Os seis marcos destas portadas são feitas de uma peça só, estando um deles quebrados pelo meio, consequência da longa viagem marítima durante o inverno de 1858.

Em abril ou maio de 1861, um raio danificou bastante o Altar-Mor do Templo. Os concertos decorrentes destes estragos e outros contratemplos paralizaram novamente as obras. Afinal, apesar da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), foi possível reiniciar os trabalhos para colocar o madeiramento do telhado (dezembro de 1864).

Uma turma de carpinteiros e pedreiros, sob a direção do Mestre da Obra João do Couto e Silva, colocou um telhado sobre as grossas paredes. Depois, o Mestre, com uns quatro ou cinco carpinteiros e seus ajudantes, foi construindo a magnífica abóbada da nave, composta de três lanços, cada um com cinco espaços quadrangulares, embelezados pelos seus florões e os ricos entaballamentos que guarnecem a parte superior das paredes laterais.

Desmanchou-se o barracão que tinha servido provisoriamente de nave da igreja e colocou-se o assoalho, apoiado em pesados linhotes. O imponente arco-cruzeiro foi revestido com seus belos ornamentos de talha, encimados pelo medalhão no qual foi gravado o nome dos donos da igreja: Servos de Maria.

Por último, decerto, foi feito o assoalho do coro apoiado em quatro “toradas de cedro escolhidas” com seus capiteis trabalhos e demais trabalhos de torêutica, esculpídos nos arcos e bases das colunas. O artista perpetuou seu nome na parte de baixo do coro, onde se veem as letras talhadas na madeira: “João Couto e Silva, Mestre desta Obra”.

A pintura do teto foi feita por Germano Traub, enquanto alguns pedreiros e serventes rebocaram e caiaram as paredes internas. No dia 16 de junho de 1866, terminaram os trabalhos mas Bênção solene do Corpo da igreja só teve lugar no dia 10 de maio de 1868 pelo bispo Dom

¹²⁹ PAPAN, Pe. C. J. A Igreja de Nossa Senhora das Dores. Resumo Histórico. Porto Alegre: Publicação da Paróquia de N. Sra. das Dores, 1979, p. 20-21

Sebastião Dias Laranjeira. Defensor e Comissário Geral Perpétuo da Ordem, junto com a celebração de uma missa festiva.

Por último, em 26 de setembro de 1868, “finalizou-se a obra do assoalho da Sacristia... pintura, armário, bancos, escabellos.... e espelho com guarnição preta e friso dourado”, com verbas concedidas pelo Governo do Estado ao Vigário, Pe. José S.P. Mendonça.

Cinquenta e cinco anos precisou a Irmandade para a construção da nave da igreja com as alas laterais correspondentes. Assim mesmo, a frente da igreja estava só com as torres e o frontispício a meio, sem revestimento nem reboco. E este seria o aspecto exterior do templo que depois de acabado será sem dúvida o maior, e o mais majestoso de toda a Província,..”, como foi dito numa sessão da mesa em 1861.

Obras da escadaria

Uma vez inaugurado o corpo da igreja, coube ao Prior, Capitão de Mar e Guerra Manuel de Oliveira Paes (1868-1872) embelezar e aparelhar o templo. De 1869 a 1873, foi construída uma imponente escadaria que dava acesso a igreja, com verbas provenientes de loterias concedidas para este fim pelo Governo da Província. As obras pararam no terceiro patamar, que ficou aberto sem muro de proteção e sem portões. Esta primeira escadaria era semelhante a atual com exceção das balaustradas laterais que eram diferentes e de mais altura. (6)

Desta mesma época data, certamente, a construção do arco debaixo da escadaria. Em 1877, o Mestre de Obras José Francisco Dias guardava lá seus animais de trabalho. Este fato não teve aprovação da mesa administrativa que o intimou “para fazer retirar dali seus animais e mandar fazer a limpeza precisa e concedendo-se-lhe com tudo a permissão para continuar a ter ali tão somente os materiais de construção que lhe pertencem”.

Em 1896, morava neste “arco da escadaria da igreja” José Nunes de Oliveira, que pediu “para continuar a residir sem ônus algum prometer ajudar o andador no aceio e vigilância da Igreja...”

Anexo 2
Inventário de José Domingos Lopes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RS

1º Cartório de Órfãos [sic]- Inventário (volume 1)

N.º do processo: 2129

Estante: 31

Maço: 103

[fl. 468f] Demonstração do Activo [sic] e Passivo da Herança dos finados Domingos José Lopes e sua mulher D. Sophia Raineri Lopes, do qual é inventariante José de Lima LopesActivo [sic] (...)

- Uma parte do sobrado da Rua do Gen. Vasco Alves N.º 2, canto da dos Andradas, avaliado todo em 10.000.000 réis ... 2.966.482 réis

[fl. 473f] Demonstração da receita e despesa da herança do finado Domingos José Lopes e sua mulher D. Sophia Raineri Lopes, desde 17 de abril de 1877 a 10 de março de 1878 (...)

Receita

- Dinheiro que existia no cofre no dia do passamento do finado Domingos José Lopes (...)
- Recebido de jornal dos escravos ... 426.640 réis

[fl. 474f]

- Liberdade do escravo Anésio ... 225.000 réis
- Liberdade do escravo João ... 300.000 réis
- Liberdade do escravo Vicente ... 20.000 réis
- Liberdade do escravo Marcelino ... 200.000 réis
- Liberdade do escravo Januário ... 400.000 réis
- Venda do escravo Reginaldo ... 405.000 réis
- Venda do escravo Francisco ... 1.050.000 réis
- Venda da escrava Cândida ... 930.000 réis
- Venda do escravo Lourenço ... 350.000 réis
- Parte da casa n.º 1 da Rua do Gen Vasco Alves canto da dos Andradas...1.919.000 réis

[fl. 475f] Despesa

30 de abril de 1877

- Dinheiro a Joaquim José de Mendanha pela música na encomendação do finado...
92.000 réis

12 de maio de 1877

- Dinheiro a Jayme Paradedá & Filhos de fazendas pretas para o luto dos órfãos e escravos da herança (dn. 13) ... 71.400 réis

[fl. 475v]

21 de maio de 1877

- Dinheiro ao Vigário José Soares do Patrocínio Mendonça pela encomendação, 7º e 30º dia de falecimento (dn. 27) ... 43.140 réis

[fl. 478f] 20 de agosto de 1877

- Dinheiro à Alfândega da certidão da matrícula dos escravos (dn. 92)... 6.950 réis
23 de agosto de 1877

- Dinheiro à Alfândega da taxa de escravos da herança (dn. 93.... 80.000 réis

[578f]

Ilustríssimo Senhor Inspetor da Alfândega José de Lino Lopes, testamenteiro e inventariante dos bens da herança de seu finado pai Domingos José Lopes, necessita que da matrícula geral dos escravos residentes neste município, se lhe passe por certidão o que constar em relação a cada um dos escravos pertencentes à mesma herança.

Pede a Vª Srª deferimento Porto Alegre, 16 de agosto de 1877

Certifico, em cumprimento do despacho supra, que a folhas 86 do livro 4 de matrícula especial dos escravos do município, se acham matriculados por Domingos José Lopes em data de 30 de setembro de 1872 constantes da relação nº 2.430, os escravos seguintes:

1- Januário, masculino, preta (refere-se a cor), 45 anos, solteiro, filiação desconhecida, capaz de qualquer trabalho, carpinteiro (...)

2- Lourenço, masculino, preta, 52 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, jornaleiro (...)

3- Antônio, masculino, preta, 53 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, jornaleiro (...)

4- Caetano, masculino,preta, 23 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, jornaleiro (...)

5- Francisco, masculino,parda, 29 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, pedreiro (...)

6- João, masculino,preta, 51 anos, solteiro, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, jornaleiro (...)

7- Marcelino, masculino, preta, 18 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, pedreiro (...)

8- Reginaldo, masculino, preta, 56 anos, solteiro, filiação desconhecida,para todo o trabalho, jornaleiro (...)

9- Vicente, masculino, preta, 59 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho (...)

10- João, masculino, preta, 67 anos, solteiro, filiação desconhecida, para trabalho leve, pedreiro (...)

11- João, masculino, preta, 40 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, pedreiro (...)

12- Felippa, feminino, preta, 35 anos, solteira, filiação desconhecida, para todo o trabalho, serviço doméstico (...)

13- Cândida, feminino, preta, 10 anos, solteira, filiação desconhecida, para todo o trabalho, serviços domésticos (...)

14- Nero, masculino, parda, 6 anos, solteiro, filiação desconhecida, para todo o trabalho, serviços domésticos (...)

15- Josefa, feminino, preta, 16 anos, solteira, filiação desconhecida, para todo o trabalho, serviços domésticos

O nº 3 (Antônio) faleceu a 4 de novembro de 1876

O nº 2 (Lourenço) foi liberto em 24 de abril de 1877

O nº 11 (João, de 40 anos) faleceu a 22 de outubro de 1875

Aqui encerram as informações compiladas do referido inventário, que apresenta todos os recibos mencionados no documento, cujo conteúdo é tão extenso que chega a ser dividido em dois volumes.